



Anais da Assembléia

34

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

^a
1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 23. SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1987.
QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Lindolfo Júnior e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Vera Agibert, Alexandre Ceranto, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Cândido Bastos, David Cheriegate, Homero Oguido, João Arruda, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, que as Emendas apresentadas em 2. Discussão ao Projeto de Lei n. 205/86, sejam remetidas à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que esta se manifeste sobre as mesmas.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NESTOR BAPTISTA
Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, e com base no inciso VIII, do artigo 16 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 1.º, da Resolução n. 9/69, REQUER, sua designação pela Assembléia Legislativa, para desempenhar missão temporária, de caráter cultural, na Cidade de Nishinomiya, no Japão, entre os dias 29 do corrente mês a 20 do mês de maio próximo vindouro.

O requerente chefiará a missão, na qualidade de chefe da delegação que irá àquele País, desempenhar atividades relativas ao intercâmbio existente entre a Cidade de Londrina e sua cidade-irmã japonesa.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora FLORISBELA ANDRADE BASSO, pessoa de tradicional família, ocorrido em 12.04. do corrente, no Município de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada na pessoa de seu esposo, Senhor AUGUSTO BASSO residente no Distrito de Bateias, s/n., Campo Largo-Pr.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ACYR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Consignação na Ata da presente sessão, de votos de pêsames à família Possent, pelo falecimento do Senhor ARCHANGELO POSSENT.

O extinto era progenitor do Doutor José Possent, residente no Município de Umuarama - PR.

O passamento ocorreu no dia 12.04, e o extinto contava com 88 anos, deixando viúva a Senhora Amábele Possent, diversos filhos e netos.

Da aprovação, REQUER, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Dipp, ocorrido nesta data, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luciano Lacerda, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do casal Doris Viesser Ramos da Quinta e Aldevino Ramos da Quinta, ocorrido em 08.04., em trágico acidente.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência às famílias enlutadas nas pessoas do Jacomo Viesser, pai da Senhora Dóris, residente na Praça Atílio de Almeida Barbosa, n. 142, e Valdemir Ramos da Quinta, irmão do Senhor Aldevino, residente na Rua Domingos Cordeiro, n. 765, no Município de Campo Largo-PR.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ACYR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, seja consignado voto de pesar pelo falecimento

do Dr. José Honório Rodrigues, historiador e professor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último 06.04., no Rio de Janeiro, do professor José Honório Rodrigues, deixa uma lacuna irreparável no País. Professor e historiador, dono de vasta e variada obra, foi precursor da revisão da história brasileira em cujo tema deixou valiosos trabalhos. Pesquisador incansável, devassou a história pátria, focalizando-a a partir da contradição de classes populares e classes dominantes.

Intelectual militante, especialmente no período pós 64, sempre postulou a defesa incessante de uma política externa independente para o Brasil, tendo deixado sua valiosa rubrica em inúmeras manifestações e protestos contra o autoritarismo então vigente e o militarismo que alicerçaram o regime de exceção.

Grande polemista, participou intensivamente das mobilizações pelas "diretas-já", em São Paulo.

Nascido no Rio de Janeiro, formado advogado pela Universidade Nacional de Direito, lançou seu primeiro livro em 1937, com o título "Civilização Holandesa no Brasil", merecedor do prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras.

Após longo período vivido no exterior, ao retornar, passou a estudar e lecionar História, especialmente História do Brasil.

Professor junto ao Instituto Rio Branco, à Universidade do Estado da Guanabara, à PUC/Rio, lecionou também nas Universidades do Chile, da cidade de Nova York do Estado de Nova York, da Columbia, de Berkeley e de Stanford, entre outras.

Na Escola Superior de Guerra fez pós-graduação e foi, por vários anos, conferencista. Foi contemplado recentemente, com um prêmio da Universidade do México o mais importante da América Latina. Dirigiu o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, tendo sido delegado brasileiro na Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. A 5 de dezembro de 1969, tomou posse na Academia Brasileira de Letras.

É autor, entre outros de "Brasil e África" (1961), "A Pesquisa Histórica no Brasil" (1962), "Interesse Nacional e Política Externa" (1966), "Assembléia Constituinte 1823" (1975), "Filosofia e História" (1981).

Com o seu desaparecimento, o Brasil perde um pouco de sua História viva.

Requer-se seja dado ciência da decisão, à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- SBPC - pelo trabalho desenvolvido nas sugestões e contribuições dadas para uma política de ciência e tecnologia.

Requer se officie ao Senhor Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sugerindo que tais diretrizes sejam adotadas pela nova Secretaria, bem como dê-se ciência do conteúdo deste à SBPC.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- SBPC - tem ao longo dos anos amadurecido algumas diretrizes que hoje poderão ser de grande utilidade no campo da ciência e tecnologia em nosso País. Participou intensamente da mobilização e dos debates que determinaram a criação dessas secretarias em diversos Estados.

Portanto, os desafios de sua implantação e estabilidade, bem como a obtenção de dotações orçamentárias compatíveis com os objetivos imaginados, exigirão ainda muito trabalho e mobilização da classe científica brasileira e nós Parlamentares, temos o dever de contribuir no progresso da ciência e tecnologia no Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações pela passagem do centésimo décimo primeiro aniversário de fundação do Instituto de Educação do Paraná.

O centenário estabelecimento de ensino do Paraná, ao longo de sua existência, formou milhares de professoras normalistas, sendo considerada "ESCOLA PADRÃO", para o curso do Magistério, e vem lutando, nos últimos anos, para não perder o caráter profissionalizante na área de educação.

Atualmente, o Instituto de Educação do Paraná, conta com dois mil e seiscentos alunos matriculados em seus vários cursos, inclusive os de especialização.

Que da decisão da Casa, se dê ciência à Direção do Instituto de Educação do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata, de votos de congratulações pela passagem, no próximo dia 21, do 5.º aniversário de fundação da Associação dos Moradores da Vila São Domingos.

Os inestimáveis serviços prestados à coletividade daquela Vila, credenciam a sua ação para o recebimento desta homenagem, que visa reconhecer as atividades de integração de seus moradores para a conquista de melhorias, tais como a abertura de ruas, melhoria da rede de água e luz naquela localidade.

Que da decisão da Casa, se dê ciência à Diretoria da Associação homenageada.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à Diretoria da Sociedade Rural do Paraná, pelo extraordinário êxito da 27.ª Exposição Agropecuária e Industrial.

A mostra, além da presença de um dos maiores públicos de toda a história da feira, foi uma grande oportunidade para que o público, de um modo geral, pudesse conhecer o avanço da agricultura e da indústria paranaense.

Deve-se destacar que o sucesso da Exposição foi, inegavelmente, o resultado do trabalho sério, competente e dedicado do presidente, diretores e funcionários da Sociedade Rural, que passaram muitos meses realizando estudos e planejamento para que o evento tivesse a projeção que alcançou, atraindo produtores e criadores de várias partes do Brasil e até do exterior.

É dever da Assembléia Legislativa, como legítima Casa do Povo, registrar sua homenagem e reconhecimento nos anais da história. E que esta decisão seja comunicada ao Senhor Luiz Roberto Neme, Presidente da Sociedade Rural do Paraná, no Paraná, no Parque de Exposições Ney Braga, em Londrina, com votos de sucesso permanente em defesa da agricultura, pecuária e indústria.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção

na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de saudades ao Presidente TANCREDO NEVES, pela passagem do 2.º Aniversário de sua morte.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à Senhora Risoleta Neves.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(à) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Por estranhos desígnios da Providência Divina, a Nação se sentiu orfã no exato momento em se que preparava para trilhar triunfante os caminhos que a conduziram à Nova República.

A morte do Doutor Tancredo Neves, num quadro que marcava a caminhada de volta à democracia plena, traumatizou toda a Nação, mas ao mesmo tempo fez unir forças para a trajetória da esperança.

A afeição que cercava os brasileiros que antes de iniciar a jornada democrática, viram-se privados do comando austero daquele a quem haviam escolhido como guia retratava o perfil que foi a vida do Doutor Tancredo Neves, cercado do respeito de todos os brasileiros.

O País viveu intensamente a aflição da doença e vive até hoje com emoção maior, a morte do Doutor Tancredo, como se fôra a angústia de quem perdeu seu pai, mais do que o timoneiro que o conduziria pelos caminhos da esperança.

O caminho foi traçado por ele. Segui-lo não é só dever dos cidadãos; é homenagem que os brasileiros de todos os quadrantes se unirão para construir um futuro melhor.

Em suas mensagens Tancredo Neves externava, permanentemente, sua preocupação com os problemas do Brasil, ao mesmo tempo em que afirmava, como força e fé sua confiança no futuro do País.

Para que seu exemplo seja a inspiração de todos nós, banhando com a luz da esperança a face do Brasil, transcrevemos alguns de seus pensamentos:

"Convoco-os ao grande debate constitucional, depois, nos próximos meses a discutir, em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades, nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social".

Enquanto houver neste País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa.

Não vamos nos dispersar, continuemos reunidos como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. Se todos quisermos, dizia-nos há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste País, uma grande Nação. Vamos fazê-la".

Não vamos nos dispersar, porque se tal acontecer, mostraremos que não ouvimos, que não compreendemos, que não fomos dignos da mensagem que nos foi transmitida, sem esmorecimentos e sem vacilações, e, somente é possível compreendê-la se nos mantermos unidos pelo mesmo pensamento, mantendo a jornada sem nos dispersar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Doutor Delcino Tavares da Silva, no sentido de que envide esforços, junto aos setores de competência, visando a liberação de recursos para a construção de um Mini-Hospital, no Distrito de Ventania, Município de Tibagi, para atendimento a uma população da ordem de aproximadamente dez mil habitantes, do local e cidades vizinhas.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(à) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição está fundamentada em gestões de há muito formuladas por Lideranças políticas do Município de Tibagi, preocupadas com a situação apresentada, cujas razões, por si justificam a nossa intervenção, senão vejamos.

O município de Tibagi integra um dos maiores do Estado em extensão territorial, com a população de aproximadamente dez mil habitantes.

Ventania, Distrito de Tibagi, dista da sede do Município, 45 km, até então, não conta com um hospital ou posto de saúde e o atendimento médico-assistencial vem sendo realizado através do Centro Social que, não obstante os esforços da sua direção em minimizar o problema, conta com apenas uma médica, duas vezes por semana, com tempo reduzido para consultas. Portanto, essa prestação de serviços é ineficiente, comparada às necessidades e à grande demanda de usuários, os quais, aos que pertencem à Ventania, soma-se os de Cidades vizinhas, como: Arapoti, Curiúva, Piraí do Sul etc., e que por vezes, em caso de emergência vêm-se obrigados a recorrer a outros locais. Ressalte-se que a outra cidade mais próxima é Telêmaco Borba, a 50 km, com maiores recursos, contudo, o hospital lá existente é particular.

Outro aspecto a considerar, é que Ventania é distituída de linha normal de transporte coletivo, com alguns ônibus, esporadicamente, e nessas circunstâncias, um táxi custa em média Cz\$ 500,00, solução deveras inviável, face o baixo poder aquisitivo da população.

Diante de tais dados, vimos-nos na con-

dição de representante político da região, na contingência de reivindicar esse direito que assiste a todo brasileiro, entre outros, o da saúde, traduzida na assistência médica-hospitalar adequada, para si e sua família.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial da Reforma Agrária, doutor Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando agilização no cumprimento do acordo firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Paraná, referente ao assentamento em Cavinha, no município de Reserva.

Requer, ainda, o envio do mesmo expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Reserva e ao Senhor Eduardo Cionek (Rua Generoso Marques, 631 - Reserva).

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Visitando o assentamento de Cavinha, durante o final de semana, constatei a precariedade em que se encontram os assentados. Este assentamento é fruto do acordo firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Paraná. Neste acordo, o Poder Público Estadual ou Municipal se responsabiliza pela infra-estrutura e pelo fornecimento das condições básicas e subsistência.

Ocorre que, naquele assentamento está faltando alimentação, sendo que ainda não foi providenciado assistência técnica, através da ACARPA e os assentados já escolheram a professora para seus filhos, mas o Prefeito Municipal se recusa a remunerá-la.

É necessário que o Poder Público tudo faça para minorar e estancar o prolongamento do sofrimento destes trabalhadores, cuja intenção é produzir e viver dignamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas atribuições, solicita o asfaltamento da estrada que liga o Município de Quedas do Iguaçu ao Município de Três Barras do Iguaçu, oficiando-se o referido requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Paraná, doutor Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A camada asfáltica na via que une Que-

das do Iguaçu a Três Barras do Iguaçu é de grande importância, não apenas para o desenvolvimento dos municípios acima citados, mas também para maior atendimento a toda a Região Sudoeste do Estado do Paraná. A estrada em questão acompanha a margem direita do Rio Iguaçu e interliga várias comunidades do Oeste com Quedas do Iguaçu e, conseqüentemente, com toda a região.

Afora esta importância, há que se levar em conta os benefícios que a mesma irá trazer e ampliar, como a densidade da produção agrícola e a perfeita integração que se fará com as atividades industriais da região do Sudoeste, especialmente nos setores da avicultura e suinocultura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas atribuições, REQUER o asfaltamento do trecho Dois Vizinhos, Distrito de Boa Esperança do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu, oficiando-se o referido requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Paraná, doutor Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria dos Transportes definiu que o trecho Dois Vizinhos, distrito de Boa Esperança do Iguaçu seria beneficiado com o calçamento.

Entretanto, em se tratando de um percurso longo, argumenta-se que o referido calçamento não seria, sob o ponto de vista técnico, a opção mais viável. Há, por outro lado, interesse e grande expectativa comunitária para que o trecho interligue o município de Nova Prata do Iguaçu.

Consideradas as duas razões supramencionadas, bem como a integração que se fará de núcleos produtores nos setores da agricultura, avicultura e suinocultura, envolvendo mais de treze pequenas comunidades a serem beneficiadas, ficam justificados tanto a proposta quanto o investimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas atribuições, REQUER a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, ligando a localidade de Foz do Chopin do município de Dois Vizinhos com o município de Quedas do Iguaçu, oficiando-se o referido requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Paraná, doutor Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da construção da usina de Foz do Chopin, foi construída uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando aquele município a Quedas do Iguaçu.

Em 1973, uma enchente de grandes proporções destruiu a referida ponte, fato que veio a repetir-se na última enchente de 1983.

O Governador Álvaro Dias, quando em campanha eleitoral, esteve em Dois Vizinhos, comprovou "in loco" a necessidade premente de reconstrução da ponte, manifestando-se favorável para que esta medida fosse tomada entre as primeiras providências de seu governo.

Portanto, o requerimento ora proposto, está embasado em compromisso anterior assumido pelo Governador do Estado, não apenas para resgatar a expectativa da comunidade da região, mas, também, para garantir a devida segurança da mesma no percurso de travessia do Rio Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conglomerado BANESTADO, para que forneça informações detalhadas sobre a compra de mais ou menos quinhentos alqueires palistas nas comunidades de Barro Branco e Florestal, no município de Rio Branco do Sul, parte de uma área de origem duvidosa medindo 2.036 alqueires, na qual residem entre cento e cinquenta a duzentas famílias, algumas há mais de cinquenta anos.

Tais informações deverão ser dirigidas ao gabinete parlamentar deste Deputado.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Fui procurado por representantes das famílias residentes nas comunidades de Barro Branco e Florestal, no município de Rio Branco do Sul.

Na oportunidade, apresentaram-se preocupados com a notícia da compra, pelo Conglomerado BANESTADO, de parte da área de terras onde eles vivem, alguns há mais de cinquenta anos. A área que teria sido comprada é de aproximadamente quinhentos alqueires, parte de uma área maior cuja propriedade é contestada.

Preocupa-me esta questão por dois motivos: o primeiro é que, se procedente for a denúncia, um banco público estaria desalojando famílias de agricultores, forçando-os a deixarem o campo quando o próprio Estado diz estar imbuído da intenção de fixar o homem ao campo, implementando uma reforma agrária. Além do que, seria um

desrespeito aos direitos destas famílias. Por outro lado, não me parece função de um banco adquirir terras, estocá-las, quando esta falta a milhões de famílias de agricultores brasileiros. Se não bastasse este fato, mesmo assim, estaria o BANESTADO aplicando recursos em negócios duvidosos.

Este é o motivo que justifica meu requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig e ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, Antônio José Correia Ribas, no sentido de viabilizarem estudos para a construção de uma estrada de pavimentação asfáltica, ligando os municípios de Coronel Vivida a Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica da estrada que liga Coronel Vivida a Chopinzinho é uma velha reivindicação da população daquela região.

Servidos por uma estrada pioneira de terra, sem condições de tráfego normal, principalmente em dias chuvosos, os moradores daquelas cidades, necessitando se deslocar, são obrigados a contornar por outra estrada, que passa pela localidade denominada Passa Quatro, percorrendo então uma distância de aproximadamente 45 km.

Verificamos, todavia, que a distância a ser percorrida através da estrada solicitada, é de apenas 19 km, acabando assim com os prejuízos e transtornos decorrentes do desvio acima descrito.

Resolver os problemas da comunidade paranaense é obrigação de nós Parlamentares e daqueles que ocupam cargos no Poder Executivo, sendo que o nosso pedido nada tem de excepcional, pois, no programa de trabalho da Secretaria de Transportes consta a recuperação de estradas existentes e a construção de novas, sendo que dentro destes tópicos, apelamos para o bom senso das nossas autoridades para que aquele pequeno, mas importante trecho seja priorizado.

Portanto, é mister que esta Casa de Leis aprove o presente requerimento, possibilitando assim o envio de expediente, com o objetivo que tão justa reivindicação venha a se tornar realidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando àquela autoridade, a formação de uma comissão composta de dois membros representante do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CEFET, dois membros do INSTITUTO POLITÉCNICO ESTADUAL - IPE, dois membros da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, e um Parlamentar representando a comunidade, a fim de estudar o processo de federalização do Instituto Politécnico Estadual. Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

O processo de tramitação da federalização do referido Instituto envolve interesses diversos, do Governo Estadual, do CEFET, do IPE e da comunidade.

Tal federalização está gerando no envolvimento da imprensa, Parlamentares de nível municipal, estadual e federal, dada a importância do Instituto Politécnico Estadual para a comunidade da Capital paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, componentes da Comissão Parlamentar, participantes do "ENCONTRO NACIONAL DE LIDERANÇAS INDÍGENAS", no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício dessa Presidência aos constituintes, anexando documento dos índios, com a finalidade de subsidiar os constituintes, na confecção da nova Carta Magna do Brasil.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(aa) CAÍTO QUINTANA,

VERA AGIBERT e RAUL LOPES

O ÍNDIO NA CONSTITUINTE

Os representantes das nações indígenas KAINGANG, GUARANI e KRAHÔ, nesta data reunidos em Curitiba, com a finalidade de debater seus direitos na Constituinte, concluíram os seguintes temas:

1. que o direito territorial dos índios é originário, e que o seu reconhecimento deve ser assumido por norma constitucional que defina, de forma clara e precisa, o território indígena como aquele que reúne o solo, subsolo, nascentes e cursos d'água, floresta, fauna e flora.

2. que esse direito deve ser assegurado pela garantia de usufruto e posse exclusiva da terra, suas riquezas naturais do solo e subsolo, gravando-se a terra com as cláusulas de inalienabilidade, indivisibilidade e intransferibilidade;

3. que as terras indígenas devem ser demarcadas em três anos, fazendo-se com

que essa obrigação do Estado conste expressamente do texto constitucional, ainda que na sua parte transitória;

4. que os posseiros pobres que ocupam terras indígenas sejam retirados e reassentados em condições dignas e justas em outras terras, num prazo mínimo;

5. a Constituição deve garantir proteção especial à pessoa do índio, em base aos seus direitos históricos, como descendentes dos primeiros habitantes do Brasil;

6. devem ser assegurados aos povos indígenas os direitos de cidadania, entre esses o de se reunir livremente;

7. devem ser respeitadas todas as organizações do povo indígena, devendo o Estado respeitar e fazer respeitar essas normas;

8. devem ser devolvidas aos índios todas as terras que tiveram e foram indevidas e violentamente tiradas nos últimos decênios;

9. assegurar assistência médica gratuita às comunidades indígenas;

10. assegurar às populações indígenas, a educação básica diferenciada, centrada na cultura, língua e costumes da nação a que se destina, assim como assegurar convênios que possibilitem o ingresso do índio nas universidades, como ocorre com os estudantes estrangeiros.

O objetivo deste documento é o de subsidiar os constituintes na confecção da nova Carta Magna do País.

Curitiba, 13 de abril e 1987.

(onze assinaturas)

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, visando a construção do trevo de acesso à cidade de Quitandinha.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de providenciar a construção e pavimentação do trevo, já aprovado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ligando a BR-116 ao centro da cidade de Quitandinha, pela rua José de Sá Ribas, numa extensão aproximada de dois mil metros.

Trata-se de uma reivindicação antiga dos moradores daquela cidade, porque a falta da construção e asfaltamento do referido trevo de acesso à cidade de Quitandinha tem causado sérios problemas no transporte de passageiros, produção agrícola e industrial que trafegam por aquele local.

A concretização do pedido porá fim aos

problemas citados e trará mais progresso para a cidade e mais tranqüilidade e segurança para seus moradores.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Heinz Georg Herwig, no sentido de urgenciar a construção de uma ponte sobre o Rio Cote-gipe, na localidade de São Valentim, município de Salto do Lontra - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de São Valentim, no município de Salto do Lontra, no Sudoeste de nosso Estado, há muito reivindica a construção de uma ponte sobre o Rio Cote-gipe, a qual, além de garantir a devida segurança aos municípios e facilitar o fluxo daqueles que trafegam por aquela localidade, virá proporcionar inúmeros benefícios à região, colaborando sobremaneira para o incremento do desenvolvimento econômico de nosso Estado.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Salto do Lontra, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do citado município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que seja incluído no Programa "Rodovias Rurais", o trecho Nova Santa Rosa a Planalto.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a implantação do Programa "Rodovias Rurais", sugerimos esta pavimentação por se encaixar perfeitamente dentro dos objetivos do Programa, e por ser reivindicação antiga daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Presidente da TELEPAR, no sentido de determinar a instalação

de um aparelho telefônico comunitário, a ser instalado na Associação dos Moradores da Vila de São Domingos, situada na Rua Amador Bueno, 219, no bairro Centenário, nesta Capital.

Torna-se imperiosa a necessidade da instalação de um telefone comunitário naquela Vila, porque seus inúmeros moradores não dispõe de nenhum telefone público nas imediações daquela localidade.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido de providenciar a instalação de uma subdelegacia policial no distrito de Doce Grande, no município de Quitandinha.

A presente proposta baseia-se em iniciativa do Vereador Sinézio Batista dos Santos, na qual o nobre Edil afirma ser de vital importância a instalação de uma subdelegacia de polícia naquele Distrito, a qual prestaria serviços também nas localidades de Cachoeira de Ipanema e Cerrinho, garantindo desta maneira maior tranqüilidade e segurança àquela comunidade.

É de capital importância que a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através de ações concretas, ponha fim aos problemas decorrentes da ausência policial nas referidas localidades, permitindo, desta maneira, que a garantia de tranqüilidade e segurança passem a existir para todos os moradores daquela populosa região.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de solicitação dirigida ao Diretor-Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, a instalação de Postos de Serviços nas seguintes localidades do município de Teixeira Soares: Assungui, Bituva das Campiñas, Bituva dos Machados, Rio da Areia de Baixo, Rio da Areia de Cima, Faxinal dos Mineiros, Colônia "9" e a expansão de dois orelhões no perímetro urbano do município.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

A Comunicação representa uma grande conquista da Humanidade. É ela responsável pela aproximação dos povos, pelo desenvolvimento social cultural e econômico de

qualquer comunidade, povo ou nação. O Brasil prepara seu terreno para uma nova etapa nas comunicações. O Paraná, felizmente se encontra em plenas condições estruturais para esse novo momento. Neste processo destacamos a importância do telefone que avizinha conhecidos, famílias, evita transtornos e economiza tempo.

A comunidade de Teixeira Soares busca também esse novo tempo, solicitando junto ao órgão responsável a instalação de postos de serviços telefônicos que atenderão às necessidades de uma grande parte dos munícipes, conforme a relação:

Assungui, 30 km da sede do município, beneficiará trinta famílias.

Bituva das Campinas, 28 km da sede, beneficiará quarenta famílias.

Bituva dos Machados, 30 km da sede, beneficiará trinta e cinco famílias.

Rio da Areia de Baixo, 8 km da sede, beneficiará trinta famílias.

Rio da Areia de Cima, 15 km da sede, beneficiará cinqüenta famílias.

Faxinal dos Mineiros, 22 km da sede, beneficiará quarenta famílias.

Colônia "9", 10 km da sede, beneficiará vinte e cinco famílias.

Expansão de dois orelhões no perímetro urbano do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, e ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado das Finanças, para que autorizem a construção de um novo prédio para alojar a Receita Estadual em Maringá, que encontra-se em precárias condições, inclusive, molhando seu interior quando de ocorrências de chuvas.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(aa) ANTÔNIO BÁRBARA e

FERRARI JÚNIOR

Apoiamento: Lindolfo Júnior

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER instalação de Escola de 2.º Grau no Município de São Jorge d'Oeste oficiando-se o referido requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação do PR. Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Município de São Jorge d'Oeste, considerado entre os mais progressistas do

Estado do Paraná, dispõe atualmente apenas de uma escola particular de ensino de 2.º grau, a qual em que pese o esforço conjunto de seu corpo docente e discente apresenta carências consideráveis. Por esta razão, a comunidade daquele município vem, insistentemente, reivindicando o seu direito de cidadania de ter garantido acesso ao ensino público e gratuito de 2.º grau.

A argumentação de que, em existindo uma escola particular, resulta prescindível o ensino público e gratuito, que foi um imperativo legal da ditadura ultrapassada, não encontra justificativa nestes tempos de hoje, em que a Nova Constituição a ser elaborada virá garantir o ensino público e gratuito dos maiores e mais legítimos anseios da Nação e compromisso de campanha dos vitoriosos pelas urnas de novembro último. Todas as formas de garroteamento ou empecilho a esta aspiração popular por não serem pertinentes com a democracia, devem ser desconsideradas e abjuradas.

Se o direito do ensino particular está assegurado pela Constituição atual o fato não torna excludente o outro direito, este de cidadania que é o acesso do ensino público e gratuito em todos os níveis. Ao cidadão de São Jorge d'Oeste deve ser assegurado o direito de opção entre ambos. A lacuna causada pela inexistência de uma escola de 2.º grau no município não lhe proporciona esta escolha.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que se encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Engenheiro-Agrônomo Osmar Fernandes Dias e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento, Doutor Átila Godoy no sentido de que determinem a instalação de um armazém estratégico com capacidade para 100.000 (cem mil) toneladas, no Município de Pato Branco - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Preocupa-nos a falta de armazéns na região sudoeste do nosso Estado, tendo em vista o aumento crescente da produção, verificando-se uma grande defasagem entre produção e armazenagem.

Neste ano, o problema será ampliado, pois, se anuncia naquela região uma super safra agrícola.

A região sudoestina sedia grande número de suinocultores e avicultores e, também, agricultores que produzem milho,

principalmente, e outros cereais.

Os primeiros utilizam como insumo básico para suas culturas o milho, que é produzido na região, em grandes quantidades. O mencionado cereal é, inclusive, exportado para o vizinho Estado de Santa Catarina.

Portanto, não podemos conceber que uma região produtora de milho, entre outros cereais, e, que ao mesmo tempo consumidora do produto, fique alheia e privada de uma infra-estrutura armazenadora que atenda as reais condições existentes, e permita que o cereal permaneça no local.

Embasados nos argumentos expostos e, tendo conhecimento de que haverá liberação de recursos do Governo Federal, através do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento, para o Estado do Paraná, especificamente para o setor de armazenagem, é que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa de Leis, no sentido de aprovarem este nosso requerimento, dirigido ao Senhor Secretário da Agricultura e ao Presidente da CIBRAZEM para que seja determinada a instalação de um armazém estratégico de 100.000 (cem mil) toneladas, no município de Pato Branco - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Robinson Piráguine, para a implantação de rede de água no Bairro de Campinho no Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do bairro de Campinhos - Município de Ibaiti - aguarda com ansiedade o cumprimento da promessa governamental e municipalista da implantação de rede de água no populoso Bairro de Campinho.

Estudos já foram praticados pela SANEPAR, sem, contudo, haver o início tão esperado das obras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Egrégio Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Dr. José Sarney, DD. Presidente da República do Brasil, apoiando as reivindicações a ele formuladas pela Associação Médica do Paraná.

A referida entidade, preocupada com as dificuldades em que a Universidade Federal do Paraná e o Hospital das Clínicas vêm enfrentando para manter suas atividades dentro dos padrões de suficiência desejável, propõe a extensão dos benefícios da

Lei n. 7505, de 02 de julho de 1986, ou a criação de outra com fins específicos e semelhantes, porém, dirigidos às universidades federais e aos hospitais de clínicas de todo o Brasil.

Atualmente os professores universitários com seus salários defasados, vêm-se dedicando à missão do magistério por puro idealismo.

Já o Hospital de Clínicas, luta com criatividade e verdadeira tenacidade a fim de que seus serviços continuem em boa qualidade.

No entanto, a falta de material em geral e, ainda, de pessoal e medicamentos, tornam inadequadas as pesquisas e formação médica, bem como, o próprio atendimento aos usuários.

Através da Lei 7505/86, a contribuição em dinheiro ou material industrializado, por pessoas físicas, empresas jurídicas nacionais e internacionais, deduzíveis do Imposto de Renda, em muito reforçada, no âmbito nacional, o custeio do ensino, pesquisa e atenção à saúde.

Além disso a concretização desta tese, transformando-a em lei, contribuiria para minorar os problemas atuais e, estaria também probalizando a suspensão de inúmeras reivindicações de adicionais suplementares das universidades ao Ministério da Educação.

Isto posto, desejosos de contribuir para a sobrevivência das instituições universitárias e dos hospitais clínicos de nosso País, imanam-nos ao apelo da Associação Médica do Paraná, contando com a sensibilidade do Presidente Dr. José Sarney, dando especial atenção e análise à proposta em epígrafe.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Moreira Lima, apoiando as gestões do Governo do Estado do Paraná e do Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, Senhor João Ferreira da Cruz, no sentido de realização das obras de ampliação do Aeroporto Afonso Pena, dotando-o de infra-estrutura internacional.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

É notório e comum a todos, que a primeira impressão recebida por alguém, é a marcante e derradeira.

Costumeiramente, empresários e executivos oriundos do estrangeiro, que para cá se deslocam com a intenção de realizar ne-

gócios, necessitam passar por São Paulo ou Porto Alegre, fazendo com que muitos fiquem desestimulados e sem motivação para na "Terra das Araucárias" darem vasão aos seus ideais empresariais. E com isso, perdemos nós os paranaenses.

Imperioso é a construção imediata das obras necessárias ao redimensionamento do Aeródromo Internacional Affonso Pena, no sentido de torná-lo uma grande porta de entrada e saída de mercadorias, pessoas e bens. Estas obras representarão para o Paraná, um grande estímulo a sua expansão econômica e incremento do parque fabril do Estado.

Desta forma, elementar se torna a conclusão de que a extensão das pistas do Aeroporto Internacional Affonso Pena, situado no Município de São José dos Pinhais, representará um grande e decisivo passo para alcançarmos o pleno desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, e todos os paranaenses devem se irmanar e congregar forças no sentido de tornar realidade essa aspiração da comunidade de nossa terra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Ivaiporã ao Distrito de Jucutinga em conformidade e dentro do Programa de Rodovias Rurais do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a estrada que liga a sede do Município de Ivaiporã ao Distrito de Jucutinga, apresenta um revestimento primário e por ela se faz, em caráter precário, o escoamento da produção agrícola da região, base principal e fundamental para a sua economia.

Todavia, tal revestimento não oferece as condições mínimas necessárias para que o tráfego se processe sem os inconvenientes provocados, principalmente, pelo tempo chuvoso, quando o leito da estrada se transforma em um imenso lamaçal a ponto de ser impossível tentar chegar a qualquer hora.

Sendo o estímulo à produção agrícola e o apoio aos agricultores uma das metas prioritárias do atual Governo do Estado é necessário que as estradas rurais e, entre elas, a acima citada, recebam o cuidado merecido, necessidade esta que evitará pesados prejuízos aos pequenos e médios produtores de uma região essencialmente agrí-

cola.

Aguardamos que a presente reivindicação mereça a atenção e aprovação de nossas autoridades, fato que, indubitavelmente, terá o reconhecimento de toda uma comunidade humilde e laboriosa que aspira por uma estrada que facilite e beneficie a todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Ivaiporã, passando pelas localidades de Alecrim, Barraquinha e Jardim da Curva, até chegar ao Distrito de Ariranha.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Sendo o estímulo à produção e o apoio aos produtores rurais uma das metas prioritárias do Governo Álvaro Dias, é de se esperar que dentro do Programa de Rodovias Rurais do Estado do Paraná, a estrada que liga a sede do Município de Ivaiporã, passando pelas localidades de Alecrim, Barraquinha e Jardim da Curva, até chegar ao Distrito de Ariranha, possa ser pavimentada, garantindo o escoamento normal da produção agrícola sem os percalços e prejuízos que atualmente os produtores da região vem enfrentando.

Tais prejuízos e transtornos são mais sentidos quando na época chuvosa, a estrada se torna intransitável, com verdadeiros atoleiros, tornando impossível chegar a qualquer lugar, e isolando a população residente naquela área.

Diante do exposto, solicitamos que a presente reivindicação mereça o apoio de nossas autoridades, concretizando assim, a justa aspiração dos agricultores que precisam de uma estrada que atenda as suas necessidades para o escoamento dos seus produtos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo subscrito, usando suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná para que oficie o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que forneça uma certidão contendo os nomes dos ex-Governadores e o montante da remuneração mensal percebida a título de representação, pago

pelo Poder Público.

REQUER ainda, o envio da cópia da certidão ao seu gabinete parlamentar.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe, após ouvido o Plenário, que se encaminhe expediente às autoridades abaixo nominadas, pedindo a construção de uma passarela elevada em Sarandi, visando preservar a integridade física dos munícipes, passarela essa, sobre a Rodovia do Café (BR-376), na entrada principal da sede do município, ligando a zona norte à zona sul da Cidade.

1. Governador Álvaro Dias
2. Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Município com grande densidade demográfica, tem a sua zona urbana cortada, praticamente ao meio, pela BR-376 (Rodovia do Café), o que tem provocado inúmeros acidentes, alguns fatais, ceifando as vidas de muitos sarandienses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação da estrada que liga a sede do Município de Ivaiporã à localidade de Santa Bárbara.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É por todos conhecida a força de trabalho e o interesse do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, em fomentar a produção agrícola do Estado, criando um Programa de Rodovias Rurais para viabilizar o escoamento da produção, principalmente da produção de pequenos e médios agricultores que trabalham em áreas agrícolas situadas em municípios onde as condições das estradas vicinais estão precisando de melhoramentos para que o tráfego não seja prejudicado e, independente de fatores climáticos, como chuvas prolongadas, não impeçam e nem dificultem que os agricultores alcancem as estradas estaduais e, dessa forma cheguem aos centros de comercialização de seus produtos.

A falta de pavimentação na estrada que liga a sede, do Município de Ivaiporã à

localidade de Santa Bárbara, cria sérios obstáculos aos agricultores da região, dificultando e, até, impossibilitando que a safra seja escoada.

Aguardamos que a presente reivindicação mereça a consideração e o apoio de nossas autoridades, tendo em vista que as atuais estradas com revestimento primário (em péssimas condições) permitirá que o leite natural seja aproveitado, sem a necessidade de novo traçado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido a Douta Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de providenciar reforma do prédio da Escola Estadual na localidade de Linha Boeira, Município de Salto do Lontra - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Tendo conhecimento da prioridade à educação, assumida pelo atual Governo do nosso Estado e da importância vital que o fator de segurança exerce no aprendizado, justificamos a proposta de melhoria de condições, mediante reforma urgente, ao prédio em que se acha instalada a Escola Estadual na localidade de Linha Boeira, no Município de Salto do Lontra.

Em condições físicas precárias, aquele estabelecimento educacional não vem garantindo a seus alunos, a segurança e a proteção necessárias para uma melhor apreensão do que lhes é ensinado.

Uma vez aprovado, seja dado ciência deste requerimento e respectiva aprovação, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Salto do Lontra, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do mesmo Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Esportes do Paraná, Dr. Edson Gradia, no sentido de promover reforma geral da Quadra de Esportes da localidade de Linha Boeira, no Município de Salto do Lontra - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma secretaria específica para os esportes, foi um dos compromissos assumidos, quando em campanha, pelo atual Governador de nosso Estado, Álvaro Dias,

junto à comunidade paranaense. Cumprido este compromisso, cabe à comunidade participar da implementação efetiva desta Secretaria corrigindo as deficiências existentes na respectiva área e apresentando novas propostas para um maior incremento do esporte paranaense. A localidade de Linha Boeira, no sudoeste do Estado, possui uma quadra de esportes que vem servindo à comunidade em condições precárias, não condizentes com a importância da prática de esportes para o crescimento integral dos cidadãos. Urge uma reforma geral no citado estabelecimento, a fim de que os munícipes venham a usufruir da prática esportiva com maior incentivo, apoio e segurança.

Uma vez aprovado, seja dado ciência deste requerimento e sua aprovação, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Salto do Lontra, bem como ao Senhor Presidente da Câmara dos Vereadores do citado Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga o município de Quedas do Iguaçu ao Município de Três Barras do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A camada asfáltica na via que une Quedas do Iguaçu a Três Barras do Iguaçu é de grande importância não apenas para o desenvolvimento dos dois municípios acima citados, mas também para um melhor e maior atendimento a toda a Região Sudoeste do Estado do Paraná. A estrada em questão acompanha a margem direita do Rio Iguaçu e interliga várias comunidades do oeste com Quedas do Iguaçu e, conseqüentemente com toda a região.

Afora esta importância, há que se levar em conta benefícios que a mesma irá trazer e ampliar, como a densidade da produção agrícola e a perfeita integração que se fará com as atividades industriais da Região Sudoeste, especialmente nos setores da avicultura e suinocultura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de correspondências, aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais, Ulisses Guimarães e Luiz Carlos Borges da Silveira, respectivamente, Presidente da

Constituinte e Coordenador da Bancada Federal do Paraná, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Câmara Federal - Brasília - DF., solicitando incluir no Projeto de Elaboração da Constituição Federal, o direito de praticar livremente o voto, para os Cabos e Soldados, de todas as armas e os das forças auxiliares (Policiais Militares Estaduais).

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como escopo corrigir uma anomalia em nosso sistema eleitoral, que é a proibição de voto aos militares citados no corpo do requerimento.

Esses servidores gozam de todos os direitos de cidadania, exceto do voto, e têm os mesmos deveres comuns entre os civis, pagam impostos, taxas, e outros tributos, além de contribuírem profissionalmente para que tenhamos nosso território protegido de ataques externos e internos, propiciando segurança à sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiada ao Senhor Secretário de Estado do Interior, Senhor Ary Queiroz, a solicitação do Vereador à Câmara Municipal de Iporã, Senhor Moysés Mendes Sanches, do seguinte teor:

- Solicita entendimentos com a SANEPAR, no sentido de que venha a concessionária dos serviços de abastecimento de água do Estado a encampar o serviço de abastecimento de água no Distrito de Guaiporã, Município de Iporã - PR.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O serviço de abastecimento de água no Distrito de Guaiporã, explorado pelo município, apresenta deficiências várias, pois, a Prefeitura Municipal não tem condições de arcar com o ônus de um abastecimento que satisfaça as necessidades da população local.

Se, porventura vier a ser encampada pela SANEPAR a referida prestação de serviços, esta concessionária dos serviços de abastecimento de água do Estado teria melhores condições de bem efetuar tais serviços.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, se-

ja enviada correspondência ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro Airton Luiz Empenotti, Diretor-Presidente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ACARPA - PR., nesta Capital, solicitando viabilizar estudos técnicos, nos municípios de Pato Branco, Coronel Vivida, Mariópolis, Verê, Vitorino, São Jorge do Oeste, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Clevelândia, Palmas, São João, Chopinzinho e Quedas do Iguaçu, no sentido de levantar em quais dos municípios acima referidos a cultura do bicho da seda se adaptaria em condições ideais de desenvolvimento e produção, bem como, informar sobre os custos dos investimentos por hectare, linhas de créditos e comercialização, com cópias do requerimento aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras Municipais, Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, Associações Comercial e Industrial dos Municípios supra mencionados.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

Preocupado com os rumos atuais da agricultura, face à falta de uma política definida, o que deixa as classes produtoras em vexatória situação de inadimplência junto aos seus credores, que vêm ingressando na justiça com ações executivas para receber seus empréstimos, deixando muitos dos executados desprovidos de suas propriedades, é que solicito a Vossa Senhoria, viabilizar estudos técnicos, nos Municípios de Pato Branco, Coronel Vivida, Mariópolis, Verê, Vitorino, São Jorge do Oeste, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Clevelândia, Palmas, São João, Chopinzinho, Quedas do Iguaçu, no sentido de levantar em quais dos municípios acima referidos, a cultura do bicho da seda se adaptaria em condições ideais de desenvolvimento e produção, bem como informar sobre os custos dos investimentos por hectare, de linhas de créditos e comercialização.

Estou observando que nos municípios do Oeste paranaense, Céu Azul, Formosa do Oeste, Jesuítas, Matelândia, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Missal, Nova Aurora, São Miguel do Iguaçu e Verá Cruz do Oeste, a sericultura vem desenvolvendo-se a contento, e que sua produção, no ano passado, alcançou duzentos mil quilos de casulos, o que representou uma renda adicional aos produtores, auferindo eles substanciais lucros.

Essé processo de exploração de sericultura, viável sua implantação na região indicada, ou em partes, dela, evitará o êxodo rural e criará alternativas de diversificação agrícola, dentro das mais avançadas técnicas de plantio e produção, gerando mais empregos e melhor distribui-

ção de renda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor ARY VELOSO QUEIROZ, Digníssimo Secretário de Estado do Interior, e ao Ilustríssimo Senhor ROQUE ROBINSON PIRÁGINE, Diretor-Presidente da SANEPAR, solicitando a instalação de um SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, nas localidades de Lagoa Seca, Corvo Branco, Paz, Segredo e Cachoeira, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Sendo os referidos distritos densamente povoados, é justo que seus moradores contem com um sistema de abastecimento de água, evitando, desta maneira, o consumo de água insalubre e, na maioria das vezes, danosa à saúde, prejudicando principalmente, as crianças residentes nas localidades.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhor Prefeito Municipal, bem como ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, Doutor Heinz Georg Herwig, no sentido de providenciar a construção de ponte sobre o Rio Lontra, localidade de Rio Gavião, Município de Salto do Lontra - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma ponte sobre o Rio Lontra é uma das necessidades da comunidade de Rio Gavião, que há muito vem reivindicando esta medida pela segurança e inúmeros benefícios que a mesma irá proporcionar aos municípios. A referida ponte irá colaborar para uma maior integração entre a localidade e o Município de Salto do Lontra, propiciando à região um incremento em todas as áreas, bem como uma efetiva integração ao processo de desenvolvimento do Estado do Paraná. Uma vez aprovado este requerimento, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Salto do Lontra e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do citado Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douda Mesa, após ouvir o Augusto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, bem como ao Ilustríssimo Diretor-Presidente da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento, Dr. Átila de Carvalho Godoy, visando a imediata construção de armazéns, graneleiros no Município de Irati, utilizando recursos do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, bem como ao Coordenador Regional do Paraná, da CIBRAZEM, Doutor João Carlos Prestes Taques.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O suplicio dos agricultores tem se tornado insustentável pela falta de locais apropriados para armazenamento.

O produtor é obrigado a praticamente, jogar fora os seus produtos, pois não tendo oferta melhor, não vê outra solução a não ser vender a sua produção a preços irrisórios, ou então vê-la se deteriorar, causando-lhe prejuízos sem conta.

A inófia que ameaça os produtores nos leva a rogar uma ação implexa do Governo Estadual e Federal, visando a imediata construção de silos e armazéns, para melhor apoiar os agricultores.

Irati é um Município que se orgulha em ser responsável por grande quantidade de grãos, produzidos em nosso próspero Estado.

O desconforto dos agricultores tem sido gritante, em função da falta de espaço para se estocar a safra que aquela região produz.

Antiga reivindicação dos produtores, este armazém virá trazer um grande estímulo para a classe e um remanso na atual produção graneleira de nosso Estado.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douda Mesa, após ouvir o Augusto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, bem como ao Ilustríssimo Diretor-Presidente da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento, Dr. Átila de Carvalho Godoy, vi-

sando a imediata construção de armazéns graneleiros no Município de Pitanga, utilizando recursos do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, bem como ao Coordenador Regional do Paraná da CIBRAZEM, Doutor João Carlos Prestes Taques.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O suplicio dos agricultores tem se tornado insustentável, pela falta de locais apropriados para armazenamento.

O produtor é obrigado a, praticamente jogar fora os seus produtos, pois não tendo oferta melhor, não vê outra solução a não ser vender a sua produção a preços irrisórios, ou então vê-la se deteriorar, causando-lhe prejuízos sem conta.

A inófia que ameaça os produtores, nos leva a rogar uma ação implexa do Governo Estadual e Federal, visando a imediata construção de silos e armazéns, para melhor apoiar os agricultores.

Pitanga é um Município que se orgulha em ser responsável por grande quantidade de grãos, produzidos em nosso próspero Estado.

O desconforto dos agricultores tem sido gritante, em função da falta de espaço para se estocar a safra que aquela região produz.

Antiga reivindicação dos produtores, este armazém virá trazer um grande estímulo para a classe e um remanso na atual produção graneleira de nosso Estado.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douda Mesa, após ouvir o Augusto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, bem como ao Ilustríssimo Diretor-Presidente da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento, Dr. Átila de Carvalho Godoy, visando a imediata construção de armazéns graneleiros no Município de Ivaiporã, utilizando recursos do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, bem como ao Coordenador Regional do Paraná da CIBRAZEM, Doutor João Carlos Prestes Taques.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O suplicio dos agricultores tem se tornado insustentável, pela falta de locais apropriados para armazenamento.

O produtor é obrigado a, praticamente jogar fora os seus produtos, pois não tendo oferta melhor, não vê outra solução a não ser vender a sua produção a preços irrisórios, ou então vê-la se deteriorar, causando-lhe prejuízos sem conta.

A inópia que ameaça os produtores, nos leva a rogar uma ação implexa do Governo Estadual e Federal, visando uma imediata construção de silos e armazéns, para melhor apoiar os agricultores.

Ivaiporã é um Município que se orgulha em ser responsável por grande quantidade de grãos, produzidos em nosso próspero Estado.

O desconforto dos agricultores tem sido gritante, em função da falta de espaço para se estocar a safra que aquela região produz.

Antiga reivindicação dos produtores, este armazém virá trazer um grande estímulo para a classe e um remanso na atual produção graneleira de nosso Estado.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM respeitosamente, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando que o mesmo não venha a determinar a construção de mini-presídio na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR e FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Ná condição de representantes, junto a este Poder Legislativo, de considerável parcela da comunidade de Maringá, não podemos de forma alguma deixar de lutar pelos interesses e preocupações por ela levantadas.

Ao tomar conhecimento da provável instalação e construção de um mini-presídio naquele importante município, desencadeou-se, através das mais expressivas classes representativas da cidade, movimento contrário à adoção de tal medida.

O povo de Maringá, ordeiro e trabalhador por excelência, repudia tal iniciativa que, se eventualmente vier a ser adotada, ao invés de ser recebida com júbilo, merecerá da grande maioria de moradores daquela cidade preocupação e descontentamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douda Mesa, após ouvir o Augusto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, bem como ao Ilustríssimo Diretor-Presidente da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento, Dr. Átila de Carvalho Godoy, visando a imediata construção de armazéns graneleiros no Município de Guarapuava, utilizando recursos do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, bem como ao Coordenador Regional do Paraná da CIBRAZEM, Doutor João Carlos Prestes Taques.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O suplicio dos agricultores tem se tornado insustentável, pela falta de locais apropriados para armazenamento.

O produtor é obrigado a, praticamente jogar fora os seus produtos, pois não tendo oferta melhor, não vê outra solução a não ser vender a sua produção a preços irrisórios, ou então vê-la se deteriorar, causando-lhe prejuízos sem conta.

A inópia que ameaça os produtores, nos leva a rogar uma ação implexa do Governo Estadual e Federal, visando uma imediata construção de silos e armazéns, para melhor apoiar os agricultores.

Guarapuava é um Município que se orgulha em ser responsável por grande quantidade de grãos, produzidos em nosso próspero Estado.

O desconforto dos agricultores tem sido gritante, em função da falta de espaço para se estocar a safra que aquela região produz.

Antiga reivindicação dos produtores, este armazém virá trazer um grande estímulo para a classe e um remanso na atual produção graneleira de nosso Estado.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, solicitando o encaminhamento de uma Mensagem a esta Casa de Leis, propondo a revogação do artigo da Constituição Estadual que estabelece a pensão vitalícia para ex-Governadores.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o Augusto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, bem como ao Ilustríssimo Diretor-Presidente da CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento, Dr. Átila de Carvalho Godoy, visando a imediata construção de armazéns graneleiros no Município de Laranjeiras do Sul utilizando recursos do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, bem como ao Coordenador Regional do Paraná da CIBRAZEM, Doutor João Carlos Prestes Taques.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O suplício dos agricultores tem se tornado insustentável, pela falta de locais apropriados para armazenamento.

O produtor é obrigado a, praticamente jogar fora os seus produtos, pois não tendo oferta melhor, não vê outra solução a não ser vender a sua produção a preços irrisórios, ou então vê-la se deteriorar, causando-lhe prejuízos sem conta.

A inópia que ameaça os produtores, nos leva a rogar uma ação implexa do Governo Estadual e Federal, visando uma imediata construção de silos e armazéns, para melhor apoiar os agricultores.

Laranjeiras do Sul é um Município que se orgulha em ser responsável por grande quantidade de grãos, produzidos em nosso próspero Estado.

O desconforto dos agricultores tem sido gritante, em função da falta de espaço para se estocar a safra que aquela região produz.

Antiga reivindicação dos produtores, este armazém virá trazer um grande estímulo para a classe e um remanso na atual produção graneleira de nosso Estado.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Prof. Álvaro Dias, solicitando a criação da Microrregião do Extremo Oeste do Paraná, com sede na Cidade de Foz do Iguaçu - Pr.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu é hoje o sexto colégio eleitoral do Estado, com cerca de duzentos mil habitantes e noventa mil eleitores, sendo também o segundo pólo turístico e o quarto parque hoteleiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor HEINZ GEORG HERWIG, solicitando estudos dentro do programa estabelecido pelo Governo Estadual, denominado "RODOVIAS RURAIS", o asfaltamento da rodovia municipal que liga o Distrito de São Joaquim do Pontal a Itambaracá.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se vincula ao fato de o percurso a ser asfaltado ser meio de escoamento de produção agrícola proveniente de áreas pertencentes a pequenos agricultores, favorecendo, dessa forma, as condições de vida das pessoas que residem e produzem na região apontada.

REQUER, também, que do presente requerimento sejam enviadas cópias à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Itambaracá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor HEINZ GEORG HERWIG, solicitando estudos dentro do programa estabelecido pelo Governo Estadual, denominado "RODOVIAS RURAIS", o asfaltamento da rodovia municipal que liga o Bairro Ribeirão Índios, passando pelos Bairros da Cabiúna, Ormeneze, à Cidade de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se vincula ao fato de o percurso a ser asfaltado ser meio de escoamento de produção agrícola proveniente de áreas pertencentes a pequenos agricultores, favorecendo, dessa forma, as condições de vida das pessoas que residem e

produzem na região apontada.

REQUER, também, que do presente requerimento sejam enviadas cópias à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor HEINZ GEORG HERWIG, solicitando estudos dentro do programa estabelecido pelo Governo Estadual, denominado "RODOVIAS RURAIS", o asfaltamento da rodovia municipal que liga o Distrito de Porto Almeida a Itambaracá.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se vincula ao fato de o percurso a ser asfaltado ser meio de escoamento de produção agrícola proveniente de áreas pertencentes a pequenos agricultores, favorecendo, dessa forma, as condições de vida das pessoas que residem e produzem na região apontada.

REQUER, também, que do presente requerimento sejam enviadas cópias à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Itambaracá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor HEINZ GEORG HERWIG, solicitando estudos dentro do programa estabelecido pelo Governo Estadual, denominado "RODOVIAS RURAIS", o asfaltamento da rodovia municipal que liga o Distrito de Nossa Senhora da Candelária à Cidade de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se vincula ao fato de o percurso a ser asfaltado ser meio de escoamento de produção agrícola proveniente de áreas pertencentes a pequenos agricultores, favorecendo, dessa forma, as condições de vida das pessoas que residem e produzem na região apontada.

REQUER, também, que do presente requerimento sejam enviadas cópias à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, solicitando o encaminhamento, a esta casa de Leis, de uma Mensagem propondo a alteração de dispositivo, dando outras providências, na Lei n. 7771, de 13 de dezembro de 1983, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º - "Art. 3.º - São associados do Fundo os Deputados e os contribuintes de direito que por ele optarem fazendo jus à aposentadoria prevista por esta Lei, desde que recolham pelo menos 48 (quarenta e oito) contribuições mensais e sucessivas, calculadas sobre a remuneração total dos Deputados, estabelecidas nas letras "a" e "b", do art. 6.º, com a redação que ora lhe é dada."

Art. 2.º - "§ 1.º - Os optantes, Deputados e contribuintes facultativos, poderão retroagir ao início da legislatura em curso, o pagamento de suas contribuições pela nova base de cálculo, pagando, neste caso, apenas a diferença entre estas contribuições e as que já foram pagas pelo sistema anterior."

Art. 3.º - "§".

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de alteração de dispositivo da Lei em questão somente virá ao encontro do interesse dos Parlamentares, por motivos diversos, não necessitam dos benefícios e assistência do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, deixando, assim, facultativa, ao Parlamentar a opção pelo Fundo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUER à Mesa da Assembleia, o encaminhamento da seguinte proposição, ao Senhor Chefe do Poder Executivo:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Segundo declarações do Sr. Secretário de Educação e Superintendente de Educação da Secretaria, Daniel Tomasezak, publicada no jornal "Gazeta do Povo", edição do dia 14 de abril próximo passado, a transferência do Instituto Politécnico Estadual para o CEFET vai mesmo acontecer, com a sua transformação em um campus avançado deste.

Tendo em vista a falta de informações sobre os reais motivos desta transferência para o Governo Federal, de um estabelecimento estadual de ensino que atende cerca

de 2.500 alunos, pergunta-se:

1. Quais os motivos da transferência do Instituto Politécnico Estadual para o CEFET?
2. A que título se pretende fazer tal transferência?
3. Com quais recursos é mantida esta Escola?
4. Os recursos provêm diretamente da Secretaria de Educação, ou são descentralizados via FUNDEPAR?
5. Qual a parcela mensal destinada à Escola? E qual o valor da dotação orçamentária prevista para o presente exercício?
6. Qual o investimento feito pelo Estado, nesta Escola, nos últimos cinco anos?
7. Esta Escola, presentemente, é deficitária?
8. Existem outros recursos aplicados na sua manutenção e expansão? Quais?
9. O Convênio MEC/BIRD, em favor do Instituto Politécnico Estadual, continua em vigor?
10. Qual a aplicação deste Convênio na Escola, valor e no que foi feita a aplicação? (Desde a assinatura do mesmo).
11. As escolas politécnicas dos Municípios de Londrina e Cascavel também serão transferidas para o CEFET? Por quê?
12. Estas duas escolas fazem parte do Convênio MEC/BIRD?
13. Quais os recursos estaduais ou de convênios, que têm sido aplicados nestas escolas?
14. Estas duas escolas são deficitárias, ou geram lucro para o Estado?

Sala das Sessões em 15.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, solicita, ouvido o Egrégio Plenário, o envio de respeitoso pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, sobre as notícias que têm inquietado a comunidade curitibana e paranaense a propósito de o Estado do Paraná estar tentando extinguir sua participação no Instituto Politécnico do Boqueirão, transferindo-o para a responsabilidade do Governo Federal, e extinguindo o Primeiro Grau, com 840 alunos matriculados, ali existente.

Assim, solicitamos, no interesse público, as seguintes informações:

1. É verdadeira a notícia que inquieta a comunidade, sobretudo do Boqueirão, do "fechamento" do Instituto Politécnico?

Em caso afirmativo:

2. Quando se pretende consumir isto?
3. De que forma dar-se-á isto?

4. É verdade que o Instituto será transferido ao CEFET-MEC? Há conversações, estudo de viabilidade e concordância com esta transferência?

5. A transferência dar-se-á por doação ou comodato?

No caso de comodato, em que termos será redigido - solicita-se envio de cópia para exame desta Assembléia.

6. Qual destinação o CEFET-MEC acordaria em dar ao imóvel?

7. Qual o destino dos alunos de Primeiro Grau, que perderiam o componente profissionalizante de sua formação, manifesto em aulas de Química Industrial, Técnicas de Laboratório, Eletricidade e Desenho Técnico, acrescentadas ao currículo normal de ensino de Primeiro Grau no Brasil?

8. Qual o destino dos alunos de Segundo Grau, que recebem formação como Técnicos em Química Industrial, Eletrotécnica, Agrimensura, Saneamento Básico e encontram mercado de trabalho fértil, em empresas como NUTRIMENTAL, INEPAR, COPEL, TELEPAR, ULTRAFÉRTIL, PETROBRÁS, Tintas Renner, Bosch, Philip Morris, Placas do Paraná (nas seções de cola, formol), INCEPA e tantas outras?

9. Se é verdade que se planeja uma fusão com o CEFET, pergunta-se no interesse do povo brasileiro: por que, ao invés de permitir à Cidade duas escolas técnicas, parte-se para a solução de extinção de uma delas, patrimônio cultural da população, já tão expoliada pela falta de acesso à informação e aos bens culturais?

10. Os professores terão que destino? Tanto os estatutários como os celetistas - dedicados à tarefa profissionalizante - serão aproveitados onde? Ou haverá dispensas?

11. Qual foi a aplicação, na escola, dos recursos do convênio MEC-BIRD, conforme cópia anexa - que nos concedeu o Arquivo Público do Estado, onde a assinatura do então Governador José Richa e da professora Gilda Poli honravam a disposição do Governo do Paraná em equipar o Instituto Politécnico com instrumental de pesquisa e trabalho, melhorar a qualidade de ensino, e capacitar recursos humanos?

12. Com a extinção do Instituto Politécnico, a previsão de renovação de referido convênio - de 1983 a 1987 - para mais quatro anos, ficaria como? O Paraná desprezaria tais recursos? O Tesouro do Estado pode prescindir deles?

13. A Secretaria de Educação tem conhecimento que alunos - incentivados por mestres e comunidade do Boqueirão - fabricam ali detergente doméstico de boa qualidade, amaciante de roupa, água sanitária, desinfetante de uso doméstico, e mais, prestam serviços de rebobinagem de motores e levantamentos de agrimensura?

A Secretaria não poderia suprir suas necessidades de almoxarifado com tais produtos, e até as do Estado, ou isto não interessa?

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado ouviu do povo do Boqueirão, em Curitiba, a aflição quanto ao destino deste Instituto Politécnico que é modelar, e funciona há 38 anos, isto é, desde o Governo do Interventor Manoel Ribas.

Tais aflições confirmaram-se com declarações veiculadas na imprensa pelo Sr. Superintendente da Secretaria da Educação, Dr. Daniel Tomasezak, sobretudo no conceituado matutino "Gazeta do Povo". Houve, ainda, manifestações responsáveis e preocupantes dos Deputados Federais Ervin Bonkoski, Borges da Silveira, Euclides Scalco e Airton Cordeiro.

O Presidente da Associação de Pais e Professores, José Lair Imthurn - microempresário de acabamento de construção civil, pessoa grada e respeitabilíssima da comunidade católica do Boqueirão, pai de aluno - confirmou tais inquietações no programa radiofônico do Deputado Algaci Túlio, esta manhã.

Numa democracia estas dúvidas não devem permanecer.

Uma escola profissionalizante (que formou homens do porte do jovem empresário, dono da poderosa indústria eletro-eletrônica INEPAR (CIC), como é o caso do Dr. Atilano de Ohms, que está capacitada para enfrentar mercados, inclusive internacionais), não deve ser fechada. Milhares de escolas similares devem ser abertas em todo o País.

Assim, quem sabe, a educação, ao invés de aumentar o PROBLEMA do Brasil - formando para a inutilidade e o desemprego - cumprirá seu papel de indutora da SOLUÇÃO NACIONAL, supra-partidariamente almejada.

Assim, encarecemos ao ilustre Secretário Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, "scholar" de primeira linha, que determine a reflexão da Secretaria sobre as nossas indagações, e - se é que há tal decisão - reconsidere-a, pelo bem do Paraná, ou prove que o Paraná ganhará mais por outro caminho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja encaminhado expediente à Presidência e à Primeira Secretaria desta auspiciosa Casa de Legislação Estadual, solicitando informações quanto ao número de médicos e dentistas contratados pela Casa, suas es-

pecialidades, seus horários de atendimento, qual a data das suas contratações e respectivamente quais os seus salários.

Uma vez aprovado, que se dê ciência a este Deputado por escrito, bem como a quantos o desejarem.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desnecessário se faz ressaltar que, aos Pares desta magnânima Casa, está facultado o direito e até o dever de conhecerem os muitos departamentos, setores, níveis e classes que prestam suas atividades profissionais nesta Casa.

Dentre estes, os médicos que prestam seus serviços, clinicando e prescrevendo nas dependências desta Casa, não são conhecidos por este Parlamentar quanto ao número de profissionais contratados e a especialidade de cada um. Da mesma forma, os odontólogos.

Em sendo assim, julgamos oportuno, por estarmos em início de interregno parlamentar, conhecer o número de médicos e dentistas contratados pela Casa, a data de suas contratações, seus horários de atendimentos, suas especialidades e quais os seus salários atuais, respectivamente.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição em vigor, obedecendo as contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre o contrato de locação firmado entre estes e o Sr. Cassiano Hordones Lemes, na cidade de Bandeirantes, referente imóvel ocupado pelo Pelotão da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se faz em função da reclamação verbal feita a este Parlamentar, onde o proprietário do imóvel alega que o contrato está vencido há quase um ano e o mesmo não vem recebendo os aluguéis devidos.

Do presente, requer se dê conhecimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento In-

terno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando informações sobre o estágio das obras do asfalto que liga o Distrito de Panema à cidade de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista que este Deputado em visita pessoal às obras, entendeu que a mesma é tão lenta que lhe parece ser a construtora inadimplente com o contrato firmado.

Requer também, que do presente requerimento, sejam enviadas cópias à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Santa Mariana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, solicitando informações sobre o estágio do processo para asfaltamento do trecho entre o Distrito Nossa Senhora Aparecida ao Município de Andirá.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista que circularam rumores naquela localidade sobre a realização do asfalto nesse trecho e não tem o requerente conhecimento sobre o atual estágio do mesmo.

Requer também, que do presente requerimento sejam enviadas cópias à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Andirá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada "A Nação Está de Luto", publicada no jornal "Gazeta do Povo", de 12.04.87, de autoria do Sr. Ivo Arzua Pereira.

Requer outrossim, que da decisão deste Plenário, se dê ciência ao autor da presente matéria.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições, REQUER seja transcrito nos Anais deste Poder Legislativo, o incluso expediente, de autoria das classes empresariais de Ponta Grossa.

O referido documento é a expressão dos sentimentos e a exposição das reivindicações da classe em epígrafe ao Governo Federal, ante a adoção do Plano de Estabilização Econômica, implantado no País pelo Decreto-Lei n. 2284/86.

Sala das Sessões em 15.04.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 041/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ICARAÍMA, com sede e foro no Município de Icaraíma - Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Municipais de Icaraíma é uma entidade sem fins lucrativos, uma sociedade civil de caráter representativo de classe, com finalidade de promover atividades culturais, assistenciais e congregar os servidores municipais promovendo sua união e defendendo seus direitos, prerrogativas e interesses.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual, e que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 42/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado junto ao Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Cultura e Segurança Pública, o cadastramento de empresas de produção cultural circense, teatros ambulantes e demais companhias congêneres com a finalidade de certificar a habilitação e a utilidade destas empresas na animação cultural do público.

Parágrafo Único. O cadastramento das empresas referidas neste artigo não têm caráter obrigatório.

Art. 2.º - As empresas cadastradas junto à Secretaria da Cultura e Secretaria de Segurança Pública, receberão um "Passaporte Cultural", o qual além de certificar a habilitação e a utilidade das mesmas na

promoção da animação cultural do público em geral, recomendará a todas as autoridades e órgãos estaduais e municipais que prestem todo auxílio e proteção necessários à apresentação dos espetáculos.

Parágrafo Único - O "Passaporte Cultural" será firmado por ambos os Secretários de Estado.

Art. 3.º - Ficam autorizadas as Secretarias da Cultura e da Segurança Pública, a estabelecer os procedimentos e documentos necessários para o cadastramento das empresas referidas no artigo 1.º, bem como o prazo de validade dos "Passaportes Culturais".

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A criação de um cadastramento dos circos e companhias de saltimbancos junto à Secretaria da Cultura do Estado, propiciará o registro da Memória do Circo e da Arte Cênica Popular. Ao mesmo tempo, a emissão de um "Passaporte Cultural" dará acesso aos artistas do povo junto às autoridades dos vários municípios, sobretudo a prefeitos e delegados de Polícia, e também promoverá sua legitimidade junto às comunidades do Paraná.

Evitaremos assim, a marginalização da forma mais pura de expressão cênica e artística, fascínio da infância em todas as gerações, e móvel de obras artísticas admiráveis, como por exemplo a filmografia do cineasta italiano, gênio da Humanidade, Federico Fellini, ou a inspiração de dezenas de poetas do cancionero da língua portuguesa.

Há o relato de "circos" escorraçados fora dos "muros" das cidades do Paraná, simplesmente porque são "pobres", ou então, porque não podem ou não pagam a "proteção" que maus burocratas, em decorrência do clima da moratória moral instalado na sociedade de consumo, exigem dos saltimbancos, acrobatas, mágicos, palhaços e poetas.

Recente encontro do Secretário da Cultura, Dr. René Ariel Dotti com Deputados das Oposições nesta Casa, confirmou estes fatos e nos animou a propor a criação do "Passaporte Cultural", como espécie de "carta de recomendação" ou "salvo conduto", que dê aos artistas profissionais do picadeiro e da lona, a condição de reconhecimento público e dignidade.

Imagino que a aprovação deste diploma, sua sanção pelo Sr. Governador e sua aplicação, servirão ao futuro do Paraná, já que tudo segue inspirado no "sorriso da criança diante da mágica ribalta do circo".

Aconselha-se a regulamentação da lei prevendo um projeto "CIRCO, MEMÓRIA DA ARTE DO POVO" com as seguintes fases:

Cadastramento e habilitação legal; expedição dos salvo-condutos;

Criação de arquivo iconográfico e documental no MIS - Museu da Imagem e do Som;

Incentivo à expressão circense, até com a criação de uma futura "escola";

Aproveitamento do espaço lúdico dos "circos" para atividades de animação da Secretaria da Cultura, sem prejuízo empresarial às companhias. E/ou criação de "lonas-circo" oficiais para este uso.

No exemplo do que a Fundação Cultural de Curitiba, ao tempo do Prefeito Saul Raiz, fez na Capital, com a criação do "Circo da Cidade", agora já multiplicado em seis.

Há que lembrar o poeta antigo, aos que desprezam a idéia de apoio ao circo popular:

"A HISTÓRIA FALA EM NOME DOS REIS.
PORVENTURA OS REIS CARREGARAM PEDRAS"?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pirajá Ferreira. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio, por cinco minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna desta Casa para dizer que me encontro entristecido pelos últimos acontecimentos que estão se verificando na Capital do Estado.

O desgoverno do Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, a sua insensibilidade chega ao ponto de uma greve de professores municipais que atinge o décimo quarto dia. Lamentavelmente, os professores procuraram de todas as formas chegar até Sua Excelência que, repito mais uma vez, quando na sua campanha para Deputado, era o homem que saía à frente das passeatas, à frente dos movimentos populares pregando uma abertura, uma democracia, e que hoje, lamentavelmente investido na condição de Prefeito se nega a receber os professores na Prefeitura Municipal.

Sua Excelência tem evitado de todas as maneiras o contato mais direto com os professores; tem demonstrado uma insensibilidade a toda prova ao ponto de estarmos, repito, no décimo quarto dia de greve dos professores do município.

A par disso, me surpreende a matéria estampada hoje nas páginas amarelas da Revista "Veja" e acredito que uma reportagem

numa das principais páginas desta revista de circulação nacional não custa barato.

Sua Excelência o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva parece até que, além de estar indo a reboque do Governador Álvaro Dias, está criando problemas para o próprio Governador do Estado, quando faz severas críticas e até algumas ironias à atuação do Presidente José Sarney, que também não me é do agrado.

Lamentavelmente Sua Excelência o Prefeito apresenta uma matéria de mau gosto e não cabe a ele, na sua função, fazer críticas ao Governo Federal no momento em que os municípios lutam pela reforma tributária. No momento em que ele conclama os demais prefeitos do País a formar uma frente, a levantar uma bandeira para fazer com que o Governo Federal pague os professores do município, no momento em que o Governador Álvaro Dias viaja duas vezes por semana a Brasília em busca de recursos para o Paraná, Sua Excelência o Prefeito faz severas críticas ao Governo José Sarney e eu não estou aqui para defender o Presidente Sarney, porque também não estou de acordo com a sua política, mas entendo que não caberia a ele, Prefeito, sair numa revista tão importante neste País para fazer estas críticas.

Parece-me que o Prefeito está mais para Nelson Piquet do que para Alan Prost. Vai vácuo e no reboque do Governador Álvaro Dias, para se projetar nacionalmente.

Lamentamos ao mesmo tempo em que vemos uma cidade completamente abandonada, uma cidade esquecida, principalmente a periferia. E Sua Excelência o Prefeito se dá o luxo de gastar mais dinheiro em publicidade.

Hoje, o Tribunal de Contas está com uma auditoria, não apenas na Câmara Municipal de Curitiba, mas também na Prefeitura, para levantar este gasto excessivo com publicidade, para promover o Sr. Roberto Requião por este Paraná afora, e porque não dizer, pelo Brasil também, porque tem mandado matérias para jornais nacionais, jornais...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Presidência lamenta, mas seu tempo está esgotado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só para concluir, mais um minuto.

Gostaria também, neste momento, de pedir a atenção dos demais Parlamentares, para o fato importante que vai se desdobrar, hoje à noite, na Vila Hauer, no Bairro do Boqueirão. É uma reunião da comunidade, para que não haja essa negociação - que eu também não sei até agora qual é o tipo de negociação - entre o Governo do Estado, a Secretaria da Educação e o

Governo Federal, através do CEPET. É fazer uma doação, uma espécie de comodato de uma escola, que é a única em Curitiba e a terceira no Paraná, porque só tem em Londrina e Cascavel, uma escola de cunho estadual, que prepara técnicos para mão-de-obra.

E nós queremos que os Srs. Parlamentares participem deste ato, e para que haja também uma melhor explicação por parte do Governo do Estado.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esgotado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito por trinta minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa se propôs, há dias, a discutir a respeito de um projeto paranaense, engajando interesses de todos os políticos, empresários, sociedade, governo, população, no que diz respeito à Ferrovia da Produção.

Na verdade, o Governo Álvaro Dias, tem agilizado contatos em Brasília, junto ao Governo Federal, tentando demonstrar a necessidade urgente da construção da Ferrovia da Produção.

(Lê): "O Paraná tem demonstrado durante décadas, a sua força de trabalho, a sua capacidade de produzir. As estatísticas demonstram claramente, a sua importância e a sua contribuição na produção de alimentos para o mercado consumidor nacional e de grãos destinados à exportação, a ajuda substancial na luta para equilibrar nossa balança comercial externa.

No entanto, por razões que não vêm ao caso discutir neste momento, o Paraná sempre foi aliado dos grandes projetos de investimento no País. Nem se fala de Itaipu, foi construída para servir aos Estados vizinhos e à Nação brasileira.

Portanto, mais uma das contribuições do Paraná, que arcou com os prejuízos do alagamento de vastas extensões de terras fertilíssimas, cujo passivo está ainda por saldar.

Em 1985 o Governo do PMDB retornou de forma vigorosa uma antiga luta, a de construir a hoje denominada FERROVIA DA PRODUÇÃO, ligando Paranaguá a Guaíra, para, a partir dali, ser conectada com Dourados, no Mato Grosso do Sul, e com Assunção, no Paraguai. A implementação deste projeto é a única forma de manter viável a estrutura agrícola nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, projeto este que irá resgatar débitos antigos com os produtores da região e consolidar o desenvolvimento.

O Projeto FERROVIA DA PRODUÇÃO S/A, ao

contrário do que o grande público pode imaginar, está longe de se tratar apenas de uma "estrada de ferro". Trata-se, na realidade, de algo muito maior do que isso, da implantação de um sistema integrado de escoamento e transporte sob comando unificado e de investimento valiosíssimo para alavancar o desenvolvimento e edificar a paz social, porque viabiliza o pequeno produtor e induz a distribuir as rendas de forma mais justa. Mais ainda descortina um importante canal de comercialização para tecer os mercados e privilegia o consumidor nacional, através dos transportes de cabotagem de Paranaguá, aos portos de toda a costa brasileira e até Manaus.

A abertura desse canal de comercialização acontece a partir da redução drástica dos custos de frete e a segurança de se poder assumir riscos com o cumprimento de cronogramas em contrato de longo prazo. O frete atual, a partir de Guaíra, por exemplo, até o Japão, onera os preços do produto na ordem de até 25% como é o caso da soja.

A Ferrovia da Produção pode reduzir os atuais dispêndios de cerca de 70 dólares por tonelada, de transporte rodoviário, perdas, operações portuárias e transporte marítimo. Para algo em torno de apenas 25 dólares, proporcionando ainda lucro para nova empresa e tornando nossos produtos competitivos em relação aos Estados Unidos.

Somos iguais ou melhores até a porta da fazenda, e dali para diante a nossa incompetência frustra os produtores, tanto no sistema inadequado de escoamento e transporte, como na forma de comercialização que não lhes dá condição de um planejamento de médio, quanto mais de longo prazo.

O mercado interno será o grande beneficiado pelo sistema que está sendo preconizado, uma vez que, cerca de 85% da população do nosso País vive próxima da costa, ou servida por ferrovias que ligam os portos das grandes cidades do interior, com fretes de retorno, ou seja, temos que construir um instrumento que nos assegure condições de poder utilizar a grande estrada que Deus nos deu, o mar, que nem sequer exige manutenção. É só chegar de forma econômica aos porões dos navios de Paranaguá, para se atingir todo o mercado consumidor nacional e o mercado internacional.

Na realidade, a Ferrovia da Produção pode ser considerada uma empresa transportadora que irá se encarregar do transporte da produção, desde sua origem até o destinatário final, comprador da mercadoria. Por exemplo, o produtor entregará seu produto em Guaíra pactuando o transporte até

Hedah na Arábia Saudita, ou até Manaus. Ou seja, uma gerência só, um comando único, responsável pelo transporte ferroviário pela operação portuária e também pelo transporte marítimo, melhorando a eficácia e eliminando custos.

O Projeto prevê um terminal próprio em Paranaguá e a navegação marítima, em navios a serem arrendados, ou operações por convênio com a DOCENAVE, em operações de cargas combinadas, principalmente de grãos agrícolas com minério de ferro, em navios de grande porte.

A respeito das cargas combinadas, foi realizada uma experiência em junho de 1985, com navio Enterprise, da Docenave. Este navio, com calado grande demais para operar normalmente em Paranaguá, carregou apenas 25% da capacidade neste porto, para ir completar sua carga com minério no porto de Tubarão, em Vitória (ES). Ou seja, pôde entrar vazio, e quando saiu continuava praticamente vazio, tornando vitoriosa a operação, principalmente porque fez reduzir mais de 50% o preço do frete até o Japão.

Em síntese: o frete ferroviário custa a metade do frete rodoviário, a operação portuária em terminal próprio sem cobranças de tantas taxas e com os custos reduzidos pelo sistema a ser implantado, economiza despesas em até 80% e o transporte marítimo em cargas combinadas pode reduzir até 60% dos preços atuais.

A redução dos custos viabiliza o produto, proporcionando finalmente justiça ao produtor que passará a ter o direito ao lucro.

Quero repetir e ratificar, a Ferrovia da Produção S/A não é apenas uma estrada de ferro. Ela é uma porta que se abre para a esperança da justiça daqueles que sofrem por produzir. Ela coloca uma nova palavra de ordem a todos: o lucro para a empresa nova que se cria com o compromisso da eficácia; o lucro do pequeno produtor; o lucro de todos que estiverem participando do esforço.

Este é o melhor projeto que o Brasil tem hoje, em empreendimento que irá unir pelo trabalho e pelos resultados expressivos seis Estados brasileiros e três Países vizinhos sob a liderança do nosso Paraná. Uma oportunidade ímpar, que nenhum de nós pode negligenciar. O Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e na sequência, o Acre e Rondônia, estarão colhendo os frutos da vitória de todos neste desiderato. Basta usar, na realização de um trabalho que será exaustivo, porém, altamente compensador e gratificante.

O montante de recursos necessários para a etapa que irá até Dourados e Mato Grosso, incluindo o material rodante e equipamentos, somam um bilhão de dólares,

e pode ser equacionado de diversas formas, que, já foram apresentadas, para viabilizar os recursos necessários à Ferrovia da Produção. Uma delas que colocamos aqui seria a participação do Governo do Estado do Paraná, com aproximadamente 8% da despesa necessária para a implementação desse trajeto. Da mesma forma, o Governo do Mato Grosso entraria com 5%; o Governo Federal, com 10%, as construtoras e fornecedoras entrariam com 7%.

Há conglomerados financeiros, como Mitsu e Corporation, que já formalizaram a intenção de participação na Ferrovia da Produção, com 50% pelo desejo de poder fazer chegar mais barato, até os centros consumidores, os produtos produzidos no Brasil.

É bom salientar que este projeto poderá ser vitorioso, pois, o Japão é o maior interessado e o dito projeto proporcionaria àquele País, um fornecedor alternativo de alimentos primários ou com produtos manufaturados, reduzindo a sua dependência dos Estados Unidos. Os bancos participariam e se faria nesta proposta, a ferrovia como uma sociedade anônima, com a participação, inclusive, de futuros usuários.

Quero destacar o item de futuros usuários, na sua maioria produtores rurais, porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Brasil ataca pelo aumento do preço mínimo. O Brasil ataca pela redução do preço de cultivo da terra, o Brasil ataca pelos juros que se paga na agricultura no entanto, até hoje não avaliamos que o que viabiliza o lucro para o produtor e a condição nacional de chegar aos mercados consumidores, é exatamente o custo do frete, ao sair o produto da área agrícola até atingir o mercado consumidor.

Não se pode admitir que num País com idéia rodoviarista, se abandone por completo, todo e qualquer estudo ou projeto, para que as ferrovias venham atuar na Nação brasileira, como forma de eliminação de custos de transporte, beneficiando a competitividade nacional no mercado internacional e consumidor, e beneficiando o produtor, que pela diminuição de frete, poderia ter o aumento do seu preço mínimo, não onerando o consumidor nacional.

Concluída a Ferrovia, no quarto ano, até Guaíra, e mais um ano, até Dourados, no Mato Grosso, a empresa Ferrovia da Produção, faria incidir sobre as suas tarifas de fretes, o percentual de 20% a 25% para a compra de ações de empresas, valores estes que serviriam para quitar compromissos de curto prazo, Finames, por exemplo, que serão contratados durante o período de execução da obra.

Nesta hora, ainda com obrigatoriedade de compra de ações para utilizar o sistema, o valor total de frete mais o valor

das ações, somará cerca de apenas 60%, do valor do frete rodoviário. Esta operação, durante os primeiros cinco anos, será suficiente para complementar os 7% restantes da participação acionária dos futuros usuários. Nós queremos da mesma forma, demonstrar os trabalhos já feitos em favor da "Ferrovia da Produção", inclusive com estudos elaborados, mostrando que o Paraguai, dentro do seu determinismo geográfico, com a sua ausência de saída para o Atlântico, tem necessidade, tem intenção e tem urgência de que se possa colocar à disposição da sua produção uma estrada que lhe dê acesso ao Oceano Atlântico em melhores condições.

O "Tratado de Conexão Ferroviária", assinado em 11 de abril de 1.980, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai e ratificado por ambos os Países, abre para os produtos paraguaios as instalações portuárias brasileiras no Oceano Atlântico, particularmente em Paranaguá.

A "Ferrovia da Soja", como é conhecida historicamente, denominada "Ferrovia da Produção", que se estende até Assunção, é um projeto de interesse multinacional ambicioso e arrojado, que cria uma nova empresa de comando unificado de todas as operações de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, tem uma área de influência bem significativa, incluindo quatro países latino americanos, Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, e seis Estados brasileiros, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia e Santa Catarina.

A bacia do Rio Paraná até Foz do Iguaçu constitui a maior área produtora de grãos do País, e nós percebemos que toda essa bacia produtora não tem outra forma de escoamento de sua produção a não ser através do transporte de carga que é hoje, reconhecidamente, o mais caro do mundo.

Sobre os custos do projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que o custo somente da parte ferroviária do sistema de 686 Kms, sem incluir o trecho Cascavel/Foz do Iguaçu, embora contando com dados defasados pelo levantamento feito na época, foi avaliado pela Secretaria dos Transportes do Paraná em aproximadamente 816 milhões de dólares, para bitola de 1mm. Além desse, houve um outro estudo da Rede Ferroviária Federal, que, por sua vez, estimou o custo total da ferrovia em um bilhão de dólares, com a tração de bitola de 1,60 mm, à uma taxa administrativa de 12%.

Nós queremos nesse dia, levantar uma vez mais os dados da "Ferrovia de Produção", com elementos suficientes para podermos compor em forma de mesa redonda, e, suprapartidariamente, avaliar e discutir

todos os projetos em andamento. Todos os estudos viabilizados, todos os trabalhos desempenhados, e assim procurarmos dar eco à do Paraná, nesse instante em que o Governo Federal está definindo a questão das ferrovias no território nacional e quando, uma vez mais, a "Ferrovia da Produção" aparece como uma estrada viável, sem ter verdadeiramente, a sua definição prática.

O Sr. Algaci Túlio - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Queria cumprimentar o Deputado Caíto Quintana, que nos traz dados importantíssimos e fala da necessidade de melhorarmos o nosso corredor de exportação, principalmente através de ferrovias. V. Exa. nobre Deputado Caíto Quintana, sabe que nós aqui, já alguns dias atrás, também levantamos a bandeira da necessidade de uma duplicação do trecho Curitiba/Paranaguá.

São por demais importantes os dados que V.Exa. apresenta. É preciso que todos nós, parlamentares, realmente sentemos à mesa para analisar, para estudar e demonstrar que, se a nível federal os nossos representantes não lutam pelo menos a nível de Estado as Bancadas do Governo e da Oposição estão unidas por esta bandeira de recuperação das ferrovias do Paraná.

Eu quero cumprimentá-lo, Deputado Caíto Quintana, pelas informações apresentadas porque elas são de muita importância, e evidentemente vão exigir um esforço concentrado de todos os parlamentares, independentemente de bancadas. O PDT se une a esse trabalho porque quer ver o progresso do Paraná. No momento que o Governo Federal libera verbas extraordinárias para a construção de ferrovias, mais para atender compromissos políticos, do que a produção do País, o Paraná deve se mostrar presente, realmente lutar por seus direitos e brigar por esta ferrovia, porque ela é de fundamental importância, inclusive para se aproveitar a capacidade de escoamento do Porto de Paranaguá.

Parabéns, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço ao Deputado Algaci Túlio pelo seu aparte. O nobre colega tem demonstrado, por pronunciamentos nesta Casa, a sua preocupação em levantarmos juntos, todos nós, o clamor de que o Paraná necessita para que a "Ferrovia da Produção", para que o sistema ferroviário, seja definitivamente olhado no Brasil como a grande estrada da economia, da possibilidade do lucro para o produtor, do barateamento do frete, da possibilidade de atingirmos o mercado internacional em condições de competitividade.

Deputado Algaci Túlio, o nosso produtor rural está reclamando hoje do preço mínimo dos seus produtos. No entanto, com

esses mesmos preços mínimos sendo pagos no Brasil, embora não satisfazendo o produtor, nós não conseguimos chegar ao mercado internacional em condições de competição com outros países produtores.

Esse e outros absurdos acontecem. Eu vejo, por exemplo, a minha região, o Sudoeste do Paraná, Deputado Algaci Túlio, onde um caminhão Mercedes sai de Planalto, Capanema, Pérola do Oeste, para levar uma carga de suínos até Minas Gerais, Rio de Janeiro. Não é possível, no atual estágio de custos com transporte, combustível, pneus, venhamos a continuar com um transporte primário como fazemos.

Os estudos elaborados a pedido do Governo do Paraná mostram que nós teríamos uma considerável economia no transporte conjugado de grãos e minérios de ferro, permitindo o barateamento do transporte transoceânico em cerca de quatorze dólares a tonelada, se nós integrássemos os sistemas ferroviário e marítimo.

Ora, Deputado Algaci Túlio, eu, às vezes me pergunto: nós vivemos momentos em que falar em 500, 600, 800 milhões de dólares, tornou-se corriqueiro. Há poucos dias a Assembléia Legislativa votou empréstimos a longo prazo no valor de 700 milhões de dólares, para uma hidrelétrica. Eu julgo tal obra necessária pelo estágio de desenvolvimento industrial que o Paraná e o Brasil pretende atingir, pela independência da COPEL na geração de energia elétrica. Cito este exemplo, para mostrar apenas que com 700 milhões de dólares se constrói uma usina ao passo que para a "Ferrovia da Produção" se tem avaliações de que com 1 bilhão de dólares daria para construí-la. Ora é obvio que existe uma possibilidade real de centralizar esta obra, bastando que se tenha vontade política e administrativa, e se construa, de uma vez por todas, essa ferrovia, assim ligando as regiões de produção com a região de exportação, que para nós do Paraná, é o Porto de Paranaguá.

Ouvi atentamente as suas palavras no dia em que Vossa Excelência citava o estudo para a duplicação da rodovia de Curitiba-Paranaguá. Disse-lhe num aparte, cedido gentilmente naquela oportunidade, que era uma proposta. Eu não sei, Vossa Excelência também não sabe, se esse é o melhor caminho para se chegar até Paranaguá, mas é um dos caminhos. Alternativas existem. Precisamos, portanto, sentar à mesa e discutir as alternativas. Existem idéias das mais avançadas para se conseguir vencer o obstáculo do funil de Paranaguá. Agora, o que não se pode mais é obstruir todo o projeto de uma ferrovia colocando-se como obstáculo o funil de Paranaguá. Ora, se isto foi um problema há cem anos atrás, e se ele foi vencido pela construção de uma

estrada-de-ferro que ainda hoje atende à totalidade da demanda do transporte ferroviário, imaginem Sr. Presidente e Srs. Deputados, com os avanços tecnológicos alcançados até hoje, nos habilitam com mais e melhores condições de superar aquilo que já foi superado à sua maneira, no passado.

Antigamente, se ousou e se fez, hoje, precisamos novamente ousar. Mas eu torno, uma vez mais, ao trazer novamente o assunto a este plenário, a conclamar os companheiros parlamentares, para que venhamos - em conjunto - estudar as diferentes possibilidades e alternativas levantadas. Muitas e muitas vezes falamos em resgatar a dignidade do parlamento. A dignidade do parlamento se resgata de muitas formas - pela moralização, sim; pela eficácia igualmente; mas também pela discussão dos grandes interesses do nosso Estado. No instante em que o parlamento se voltar para a discussão dos assuntos que possam viabilizar o crescimento do Estado do Paraná, nós estaremos cumprindo com a nossa missão de representantes do povo. Não importa se nos cabe legislar ou não sobre a matéria, importa que podemos dar ressonância, dentro dessa Casa, às nossas idéias, independentemente de partidos, porque é comum obrigação que nos trouxe aqui: de bem representarmos os segmentos da população do nosso Estado.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma vez mais e na continuidade, levantada a questão da "Ferrovia da Produção". Espero e tenho certeza de que outros parlamentares voltarão a analisar o assunto e espero que dessa discussão ampla possamos ajudar - não ao Governo -, mas ao nosso Estado, para que ele, de uma vez por todas, consiga no plano federal o respeito que merece para a construção de uma ferrovia que haverá de ajudar desde o pequeno produtor até o próprio País, na colocação dos nossos produtos em condições de competição no mercado internacional.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Antes gostaríamos de chamar a atenção dos Srs. Líderes do PFL e do PDT para que indiquem, por gentileza, os membros que integrarão a Comissão Especial de Encaminhamento de Sugestões Constitucionais. O PFL deverá indicar dois Srs. Deputados, e o PDT, um Sr. Deputado.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Sr. Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Sr. Presidente,

Srs. Deputados.

Apresentamos requerimento apoiando as obras de expansão do Aeroporto Internacional Affonso Pena, situado no Município de São José dos Pinhais, de forma a dotá-lo da infra-estrutura necessária para o atendimento das reais necessidades aeroportuárias de nosso Estado. Esta nova pista terá 3.800m de comprimento e será construída separadamente da atual, de forma que o Aeródromo Internacional Affonso Pena, além de ser um dos únicos do Brasil com pousos e decolagens simultâneas, será também o maior entreposto de "containers" do País.

Todas estas obras proporcionarão ao Paraná o necessário canal para o mundo e, através dele, fluirão mercadorias, pessoas, bens e muitos negócios para o Paraná e para o nosso querido Brasil.

Portanto, desejamos apoiar e louvar os esforços do Governo do Estado, através do Governador Álvaro Dias, do Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, João Ferreira, destacando ainda a atuação do Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Heinz Georg Herwig, aos quais estendo minhas congratulações, como Deputado que representa a laboriosa comunidade de São José dos Pinhais.

Obrigado.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de hoje, o Paraná há trinta dias tem um novo Governador. Neste quinze de abril faz um mês que o Paraná começou a viver uma nova época, uma nova era, com o PMDB no poder, iniciada em 1983, quando chegou ao governo o hoje Senador José Richa.

Agora, com Álvaro Dias, há uma modificação completa da vida do Estado do Paraná, fazendo verdadeiramente deste Estado um Estado onde a lei se faz respeitar e onde a moralidade deve estar colocada acima de interesses pessoais.

Em apenas trinta dias de governo, Srs. Deputados, Álvaro Dias atendeu agricultores, pequenos agricultores do Vale do Ivaí, através do Banestado, agricultores que estavam em situação delicada, com dívidas em bancos particulares e também no Banco do Estado do Paraná e no Banco do Brasil.

Logo após, ainda através do Banco do Estado do Paraná, o Governador Álvaro Dias entendeu que as micro e média-empresas do Paraná deveriam ser atendidas num momento de muita dificuldade, como este início de 1987. Médio e microempresários do Paraná receberam, de pronto, este atendimento.

Atendimento que até no governo anterior do PMDB, infelizmente era dado tão somente aos grandes empresários do Paraná.

Mas, foram também os grandes empresários paranaenses, devedores do Banco do Estado, aliás os seus maiores devedores, os primeiros a serem executados pelo Banco do Estado do Paraná, acompanhando uma determinação do Governador Álvaro Dias. O nosso Governador sentiu a preocupação do microempresário, do pequeno e do médio empresário e do grande empresário correto do Estado do Paraná, e entendeu igualmente porque os maiores devedores do Estado, que são os maiores empresários também, tinham tranqüilidade para rolar a dívida, aumentando-a sem sequer imaginar que um dia seriam executados. Por determinação governamental, o Banco do Estado do Paraná está executando estes grandes e irresponsáveis devedores do Estado, como o Grupo Atalla, por exemplo, aqui tantas vezes criticado por companheiros como os Deputados Paulo Furiatti, Domingos Scarpellini e Luiz Carlos Alborghetti.

Mas, não ficou apenas na execução o Governador Álvaro Dias. Atendeu a decisão do Supremo Tribunal Federal, fazendo retornar ao trabalho, cidadãos do Tribunal de Contas que apoiando-se numa lei ilegítima e imoral, contaram quinze anos em dobro para chegar à aposentadoria. Álvaro Dias não chegou apenas na determinação de fazer voltar ao trabalho aqueles que se aposentaram precocemente, mas determinou e, assinou também a revogação de ato que nomeava outros "marajás" para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Mas, o Governador do PMDB, o Governador do povo do Paraná, não parou apenas nestas grandes medidas aqui anunciadas. Ainda, ontem, convocou as Lideranças do Governo, de Bancadas e solicitou que os seus Secretários urgenciassem, agilisassem o atendimento ao que aqui se levantou a respeito da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou não só irregularidades antes de 1983, mas apurou também corrupções, cometidas no início do Governo em 1983, no próprio Governo do PMDB em denúncias que os companheiros do PMDB aqui levantaram e a CPI por mais de dois anos, se reuniu quase diariamente, nesta Casa e os processos, relatórios e as decisões acabaram se perdendo em gavetas palacianas.

Álvaro Dias determinou ao Secretário da Justiça, Secretário da Segurança Pública, e ao Procurador Geral do Estado, que deseja todos os nomes arrolados, denunciados e comprovadamente corruptos, através desta CPI para que não tenham a mínima chance no Governo do Estado do Paraná e nem em órgãos federais como hoje ocorre e que a Justiça fale mais alto do que qualquer interesse pessoal.

E, ainda hoje, o Governador Álvaro Dias anunciou que encaminhará para esta Casa, Mensagem onde se pretende acabar com aposentadoria para o ex-Governador.

Os que já foram Governadores, têm direito adquirido, não importando se governaram quatro ou três anos, nove ou sete meses, mas o Governador Álvaro Dias entende que dirigir, que governar o Estado do Paraná não é simplesmente uma honra, não é simplesmente mais um mandato a ser ocupado, mas sim, uma missão. Uma missão que todo homem sério, que todo político deve ter e não deve ser remunerado por ela.

Por isso mesmo, nestes trinta dias de Governo, sinto-me e posso dizer em nome da Bancada do PMDB, orgulhoso porque, verdadeiramente, temos um Governador de verdade no Palácio Iguaçu.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, colegas Parlamentares.

Ainda estamos vivendo a longa novela da paralisação dos professores da rede federal. E nesse capítulo novo, sentimos e constatamos o grande absurdo com que o Governo Federal está tratando as reivindicações dos nossos mestres que nos ensinam desde falar até exercer a vida pública.

Sentimos nos últimos dias, o comportamento do Governo Federal que, ao invés de buscar uma solução condizente, humana para estes laboriosos mestres, prefere exercer pressão em cima dos reitores para que estes impusessem punições em cima dos grevistas.

Atitudes deste tipo não comportam e não merecem mais o nosso apoio, já que nós estamos tão elucidados por tempos novos, por aspiração democrática e de Nova República.

Não se pode mais imaginar que o Estado trate os Professores da Rede Federal, como pessoas de segunda ou de terceira classe. Queria também aproveitar o expediente de hoje, para salientar mais uma vez e chamar a atenção de todos os Pares que compõem esta Casa, pela grande e valerosa importância que o Legislativo do Paraná tem.

Gostaria de exemplificar a denúncia e o pedido formalizado pelo grupo de Parlamentares, em número de seis, até agora, que pediram, com justificativa moral, a revogação do Artigo 147, da Constituição Estadual, que dá privilégios a cidadãos deste Estado, privilégios que não merecem!

O Governador do Estado acaba de reconhecer a justiça da reivindicação e a justificação moral, pela qual, nós do Legislativo, trouxemos a público, a questão das pensões vitalícias de cidadãos de primeira classe, neste Estado. Gostaria de dizer mais, temos um desafio, certamente comprometedor de continuar com a postura que, pelo menos, parte desta Casa está tendo, a de usar o Poder da denúncia e de trazer a público os fatos absurdos que acontecem, principalmente dentro do Poder Público.

Eu queria aproveitar desta Tribuna, e gostaria que fosse levado a sério, denúncias de absurdos, do nosso ponto de vista, que estão acontecendo dentro de uma extensão do Executivo, que é a tão conhecida e chamada COHAPAR.

Ficamos sabendo, nesta semana, e é preciso que investiguemos nesta Casa, e nos interessemos em trazer a público, a verdade dos fatos e a punição dos culpados que usaram o dinheiro do povo do Paraná, para pagar absurdos, em quadros. Sabemos que houveram gastos de cento e vinte mil cruzados, aproximadamente, em duas notas de pagamento para pagar quadros. Estamos cientes, também, que a sede da COHAPAR está pagando duzentos e vinte mil cruzados, por mês como aluguel, considerado, publicamente, um absurdo! Outro absurdo é que a COHAPAR gastou três milhões de cruzados, sabem para que? Em carpetes, lustres e outras coisinhas que nunca poderiam alcançar tal montante! Por isso, do nosso ponto de vista, é preciso que nos preocupemos e tomemos as devidas providências.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Nobre Deputado, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento, no que diz respeito às aposentadorias de ex-Governadores, e o Governador Álvaro Dias, sensibilizado com a questão social que vive o País, e um homem que tem a vocação de servir ao povo e ao Estado, está propondo uma alteração à Constituição, abrindo mão da aposentadoria que teria direito e para o futuro, não as teremos mais.

No que diz respeito à COHAPAR, posso informar que Vossa Excelência está trazendo a esta Casa, um assunto que, realmente, preocupa à Assembléia Legislativa e ao povo paranaense.

Os referidos quadros foram comprados para enfeitar a COHAPAR, na administração anterior. O Governador Álvaro Dias tomou conhecimento dessa transação que foi feita, e mandou exonerar todos aqueles que dela participaram e que ainda continuam na COHAPAR.

Quanto à exorbitância que foi gasta para se montar a nova sede da COHAPAR em

Curitiba, é um assunto que o Governo do Estado também está tomando as providências. Porque, pagar CZ\$ 220.000,00 de aluguel e aproximadamente três milhões de cruzados para se decorar, com carpetes, tapetes, lustres, ar condicionado, sendo um assunto que realmente, preocupa o Governo.

Então, Vossa Excelência pode ter consciência que o Governador Álvaro Dias está tomando as providências...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado. Vossa Excelência tem trinta segundos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Deputado Domingos Scarpellini, tem mais quinze segundos.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Muito obrigado. Mas, o Governador Álvaro Dias mandou exonerar todos aqueles que, de uma maneira elitista, canalizaram recursos para outra área que não da habitação. Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas.

Está aí, uma prova da importância desta Casa, como órgão fiscalizador, além de legislador, no sentido de zelar pelo bem e pelos recursos públicos e a sua destinação.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e nobres colegas. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário das Lideranças, consulto o PTB se fará uso de seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

(Pausa).

Ausente. Consulto à Liderança do PDT.

Fará uso da palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Tudo igual ou, quem sabe, até pior, do que na Velha República.

Às vésperas de um feriadão de cinco dias, e parece que neste Brasil não existe crise, o Governo Federal decreta mais um aumento nos combustíveis.

E eu não vou dizer aqui que a gasolina subiu demais, que o álcool também. Mas, o que mais me preocupa, na verdade, é o aumento do gás de cozinha que, hoje, é fundamental em qualquer casa, em qualquer casbre barraco de favela que tenha um fogão à gás.

E, hoje, um botijão de gás custa ao consumidor, a importância de setenta cruzados.

É lamentável, profundamente lamentável que, na calada da noite, como se fazia na Velha República, às vésperas, ou, então, no final de semana, ou de um feriadão, se decretava o aumento da gasolina e dos derivados de petróleo.

Fica aqui o protesto do PDT, que lamenta essas medidas tomadas pelo Governo Central, que não ouve o povo, que não dá atenção às comunidades, que não ouve os políticos, os Parlamentares, e decreta, sem consulta à população, um novo aumento nos derivados do petróleo.

Ao mesmo tempo, quero continuar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a tecer alguns comentários a respeito da intenção do Governo do Estado deste Paraná, que eu repito mais uma vez, não apenas eu, mas a própria Bancada do PDT cumprimenta por algumas atitudes que tem tomado, principalmente de moralização da coisa pública, mas não posso admitir que o Governo deste Estado, que disse nas campanhas que a prioridade é a educação, este mesmo Governo pretenda dar de "mão beijada" ao Governo Federal, a sua única Escola Estadual Técnica nesta Capital, e a terceira nesse Estado. É importante, Senhores Parlamentares, que esse assunto venha à discussão para este Plenário, porque no exato momento em que os professores universitários, em que as universidades deste País estão com as portas fechadas, em que professores, reitores, demonstram solidariedade a este movimento de greve, que hoje atinge o vigésimo quinto dia, é importante que se diga que este Governo diz que não tem verba para manter as universidades. Como podemos nós paranaenses entregar a este mesmo Governo, um patrimônio feito com o dinheiro do povo desta terra, do povo deste Paraná. Um patrimônio importantíssimo para a criação de técnicos, principalmente para a Cidade Industrial. E são alunos, e não são jovens, são senhores de idade, casados, pais de famílias que vêm de diversas regiões, e não terei tempo aqui, desta tribuna, nos poucos minutos que tenho, no Horário das Lideranças, para poder dar detalhes, porque ontem, fui fazer uma visita nesse Estabelecimento. Durante três horas, percorri a Escola, este Instituto Técnico para ver realmente as suas dependências, para ver o que o Governo do Estado gastou ali, para realmente criar técnicos, e que agora nós vamos dar de "mão beijada" ao Governo Federal. E eu repito, um Governo Federal que não tem condições de pagar os professores das universidades, de um Governo Federal que diz que não tem verbas para mandar para este Estabelecimento.

Por isso, apelo para os Senhores Par-

lamentares de todos os Partidos, para que sensibilizem o nosso Governador, e eu dei entrada nesta Casa, de um requerimento, de um pedido de informações, para se saber onde foram parar as verbas que foram mandadas para o Paraná e que seriam transferidas para esse Centro Politécnico. Aonde é que foram parar essas verbas que a ex-Secretária Gilda Poli até hoje não explicou? E essa transferência toda começou na sua gestão. É preciso que esta Casa seja esclarecida e que nós, Parlamentares, tomemos participação desta decisão, que venha ao Plenário, a discussão de um patrimônio que é do Paraná e não pode ser entregue, como comodato, como cessão ou coisa parecida. Nós temos que discutir esse assunto! É importantíssimo, e não podemos permitir que isso venha acontecer. Nós, legisladores, precisamos tomar consciência e responsabilidade de lutar por aquilo que é nosso. Estão aí, os professores das universidades recebendo o apoio do Reitor da nossa Universidade, porque não foram cumpridas as promessas do Ministro da Educação, que dizia que oferecia isso ou aquilo, e agora voltou atrás, e ameaça inclusive com punições.

Graças a Deus, temos reitores de consciência, que estão realmente, ao lado dos professores, lutando por essa causa para uma melhoria de ensino. O ensino não se faz dando merenda escolar, não adianta o aluno, o estudante estar satisfeito com a merenda escolar; é preciso desenvolver a sua inteligência, em primeiro lugar, mas é preciso também que o estudante esteja alimentado.

Então, é preciso que nós todos, neste momento, mostremos a força deste Paraná, deste Parlamento, no sentido de lutar por aquilo que é nosso. Não podemos admitir, eu repito mais uma vez, nobre Senhor Deputado Raul Lopes, que de um patrimônio deste Estado, feito com dinheiro do mesmo, seja transferido para o Governo Federal.

Concedo aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Muito obrigado, Senhor Deputado.

Já tivemos oportunidade, nesta Casa, de nos solidarizar junto a Vossa Excelência. Dizíamos, na oportunidade, que protestávamos contra a atitude que estava sendo tomada, ventilada em torno desse Instituto Politécnico. Hoje, estamos dando entrada nesta Casa, a um requerimento, pedindo que seja constituída uma comissão de alto nível, e encaminhada a Sua Excelência, o Secretário da Educação, para estudar, uma vez que, o que existe até então, é ainda um pouco de especulação. Não há interesse por parte do Governo, de fechar aquela casa de ensino. Há um interesse sim, de estudar uma possibilidade de

transformar aquele Instituto num aproveitamento de extensão cultural, aproveitando aqueles cursos que ali, na área técnica, estão a funcionar.

No que diz respeito à grande preocupação daquele Instituto, é quanto ao 1.º grau; 1.º grau esse, que Sua Excelência na indicação do Superintendente do ensino, ali se fez presente para tranquilizá-los e apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa lamenta, o tempo de Vossa Excelência está esgotado, e lhe concede trinta segundos para o encerramento.

O Sr. Raul Lopes - Quinze segundos para concluir, me permite Deputado Algaci Túlio.

Então, o que ocorre, Senhor Deputado Algaci Túlio é que o governo está sensibilizado, e tenho certeza que esta sua preocupação e que é nossa também, não vai acontecer.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Senhor Deputado. O que me preocupa, é a transformação deste Instituto Politécnico numa escola elitista. Hoje ele atende à periferia, aos trabalhadores que o frequentam à noite, após o serviço. Esta é a preocupação que nós temos, e é por isto que eu venho a esta tribuna, e conclamo a todos os Senhores Deputados, para que se unam a esta bandeira, para evitar que isto venha acontecer.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos à Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"Representantes de municípios do Noroeste do Paraná iniciaram o movimento para que se processe a estadualização da Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Considero essa mobilização como iniciativa meritória, digna de receber todo o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná, por que não desafia os princípios básicos do governo e da lei, e procura, isto sim, em profundidade, tornar realidade que o Governo existe para servir a sociedade como um todo e que a lei é destinada a fazer justiça. Essa luta que começa a tomar impulso na região Noroeste do Paraná, além de evidenciar o firme propósito das comunidades locais de buscar novos elementos

de trabalho e de benefício coletivo, representa o imperativo democrático da acessibilidade ao ensino superior pelo maior número de paranaenses.

A população do Noroeste paranaense foi duramente golpeada pelo Executivo Estadual em sua antiga e justa reivindicação de desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, da promoção de melhor divulgação científica, tecnológica, cultural e artística, de ampliação das oportunidades de ingresso dos jovens da região a cursos de nível universitário. O povo do Noroeste está sendo vítima de uma grande injustiça do Governo Estadual, que precisa ser reparada o quanto antes, pois, a Faculdade Municipal de Paranavaí não foi incluída nas mensagens governamentais enviadas a esta Assembléia, no final de dezembro do ano passado, pelo então Governador João Elísio Ferraz de Campos, hoje transformadas em leis, ampliando o Sistema Estadual de Ensino Superior, com a instituição das fundações estaduais para as faculdades existentes nos Municípios de Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo. A não inclusão da Faculdade de Paranavaí só pode ser atribuída a um deplorável lapso da burocracia governamental, pois, não é concebível que o Poder Executivo pretendesse discriminar a região Noroeste, excluindo-a da ampliação do Sistema Estadual de Ensino Superior.

A Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí é de grande importância para o ensino, pesquisa e extensão, não só pela sua localização num município de relevância na economia estadual, mas, também, pela expressão econômica, política e social da região polarizada por Paranavaí - o pujante Noroeste do Paraná -, exercendo influência, inclusive em outros Estados, como na região fronteira com Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Um levantamento de dados de matrícula, revela que, no primeiro semestre de 1987, em oito cursos, compreendendo Administração, Ciências Contábeis, Ciências (habilitação em Matemática, Enfermagem e Obstetrícia, Estudos Sociais (1.º grau), Geografia, Letras (Português-Inglês) e Pedagogia, estavam matriculados na Faculdade de Paranavaí, 2.037 alunos, sendo que 881 eram residentes nessa cidade e 1.156 residentes em outros municípios, o que evidencia que mais de 50% dos alunos estão distribuídos pelo Noroeste, o que ressalta a significação da Faculdade para as populações dessa região paranaense, Mato Grosso do Sul e Sudoeste de São Paulo.

Os atos geradores da existência legal da Faculdade tiveram início em 1965, quando pela Lei Municipal n. 389/65, de 27 de outubro daquele ano, foi instituído o Fundo Municipal de Ensino Superior, destinado

a manter em Paranavaí, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Em 1974, foi instituída a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, mantenedora da Faculdade, resultante da transformação da Fundação Educacional do Noroeste do Paraná. Um ano mais tarde, em 1975, foi instituída a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras, resultante da transformação da antiga Faculdade de Filosofia.

Essa Escola de ensino superior, reconhecida pelo Governo Federal, conforme Decreto n. 69.599/71, de novembro de 1971, em seus mais de vinte anos de funcionamento diplomou 4.500 alunos, dando uma valiosa contribuição para a formação universitária brasileira. Outro importante aspecto a mencionar é que a Faculdade de Paranavaí tem contribuído para evitar que aumente a saída de jovens da região Noroeste para outros centros que possam oferecer melhores possibilidades de acesso ao ensino superior. Essa evasão está privando os municípios do Noroeste da importantíssima permanência da juventude em suas cidades de origem, isto é, o Paraná está perdendo grande potencial de trabalho e criatividade com a saída de jovens do Noroeste, em decorrência da falta de uma efetiva integração escola-comunidade. Cabe acentuar que, no Paraná, as oportunidades de matrícula no terceiro grau ainda se situam abaixo da média nacional. Em 1980, quando o Brasil tinha uma população de 119 milhões de habitantes, a taxa média de alunos de terceiro grau por habitante era de 1.16%. No Paraná, essa média era de apenas 0.87%, o que demonstra que precisamos multiplicar os esforços para aumentar as matrículas nas nossas faculdades, num País que possui hoje apenas 67 universidades, entre federais, estaduais e municipais, enquanto nos Estados Unidos elas andam próximo das 3.500.

No dia 3 do corrente, tive a oportunidade de participar dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos em Paranavaí, com vistas à estadualização da sua Faculdade. Estivemos reunidos naquela cidade, com os Prefeitos de Amaralópolis, Aluino Pinheiro; de São Carlos do Ivaí, Antônio Rubens Primão; de Nova Aliança, Valter Alves; e o de Paranavaí, Benedito Pinto Dias. Com a Diretora da Faculdade, Professora Luzia Bana, o Coronel-Comandante do Batalhão da Polícia Militar, e Vereadores de municípios da região-pólo. Ficou decidida a constituição de uma comissão inicial formada por doze membros, e integrada por professores, alunos, representantes da comunidade e Prefeitos.

Desejo proclamar nesta oportunidade, a minha solidariedade e apoio para que se concretize a justa aspiração do povo de

Paranavaí e da região Noroeste, a fim de que se corrija a injustiça para com essa valiosa instituição, que é a sua Faculdade de Educação, Ciências e Letras, alvo da ineficiência da tecnoburocracia instalada no Governo Estadual.

Cabe agora ao Governador Álvaro Dias corrigir a omissão do seu antecessor, enviando à Assembléia Legislativa a mensagem sobre a estadualização dessa Faculdade, resgatando, dessa forma, o seu compromisso de tratamento isonômico à população paranaense. Quem pretende modernizar a administração pública, como o atual Governador do Paraná, não pode protelar uma iniciativa que atende os elevados interesses de nosso Estado e de sua população. O momento é oportuno, principalmente quando se constata que a estadualização do ensino superior tem mais vantagens do que a federalização, exemplificando-se que 40% da produção científica do Brasil estão concentrados nas universidades estaduais de São Paulo.

O povo de Paranavaí e de todo o Noroeste do Paraná clama por justiça contra a injustiça feita à sua Faculdade de Educação, Ciências e Letras."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência consulta à Liderança do PL se fará uso da palavra. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Participamos no Rio de Janeiro, no último fim de semana, do III Encontro Nacional de Dirigentes do PL, reunião que tivemos a oportunidade de informar anteontem, em seus primeiros detalhes, desta tribuna. Há um enfoque, porém, que desejamos destacar em relação aos temas abordados naquela oportunidade. Foi a participação do jovem brasileiro na atividade política. Exercício salutar da democracia, esta arte ou ciência que é a política, não pode prescindir da participação de nossa juventude.

Nossas lideranças, neste encontro, entre as quais nosso Presidente Álvaro Valle, Adolfo de Oliveira e Affi Domingos, Líder e vice-Líder do PL na Constituinte, registraram a importância de que a mensagem neoliberal seja enfatizada por todos os dirigentes do Partido Liberal, fazendo o jovem co-partícipe desta estrutura que pretende nos dar uma democracia aos moldes da realidade brasileira.

O PL não quer ser apenas um novo Partido. Quer ser o partido jovem, cuja mensagem, fugindo ao ranço político do passado, possa tornar realidade a esperança de uma juventude sadia e voltada realmente para o futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao longo dos últimos tempos, temos observado a juventude brasileira como um acessório na vida política. Nossos jovens não participam das decisões e recebem pronto, um programa e um modelo que nem sempre refletem suas aspirações. Em épocas de campanha, então, nossa juventude tem sido instrumento de movimentos que apregoam e prometem uma mudança neste quadro, embora na realidade nada se lhes ofereça. É preciso mudar este estado de coisas e o PL quer trazer a sua contribuição. Convidando os jovens a participarem do quadro partidário, animando-os para uma ativa presença nas tribunas e nos palanques, dizendo com sua linguagem franca a aspiração real do enfoque que traduz suas esperanças e que pode se refletir no futuro como uma frustração. Não queremos o jovem pura e simplesmente freqüentando os bancos universitários e participando de movimentos de adesismo, defendendo causas que nem sempre são as suas, mas de interesses políticos com segunda intenção, simplesmente para dizerem que estão participando. Queremos cada jovem defendendo seu espaço, sua idéia, sua perspectiva com vistas ao futuro onde terão a responsabilidade política que nós vamos legar-lhes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesse sentido, o PL está fazendo uma convocação ou ao mesmo um alerta às demais agremiações para que engajadas nesta empreitada, possam permitir ao jovem de hoje discutir e participar da atualidade política que atravessamos, dentro do espírito de uma Nova República. Vamos levar a cada município onde o Partido Liberal está se estruturando, esta necessidade de participação. Esta necessidade de contar em nossos quadros com a juventude paranaense que é o embrião de futuras lideranças. Repito, não podemos abrir mão desta riqueza em potencial que o Brasil possui e a juventude não pode omitir-se de participar pois o futuro que está sendo preparado até por um conservadorismo que não aceitamos, vai lhes pertencer.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fizemos questão, mais uma vez de falar desta tribuna sobre o encontro dos dirigentes do PL, no Rio de Janeiro. Lá, abastecemos nosso ânimo com a mensagem de companheiros de outros centros do País que defendem este mesmo objetivo. Vamos arrastar nossa juventude para dentro da atividade partidária. Mas, com consciência do espaço que lhes cabe, sem limitar-lhes a oportunidade a um departamento estanque que somente se utiliza quando os interesses politiqueiros assim o exigem. O PL quer a mensagem liberal cada vez mais semeada entre aqueles que hoje sonham com a liderança do amanhã."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Hoje, dia 15 de abril gostaríamos de lembrar, outrossim que é o Dia da Conservação do Solo. Num Brasil onde se perde anualmente 600 milhões de toneladas de solos férteis por ano, essa data deveria ser particularmente lembrada. Os desmatamentos continuam constantes, o uso de modelos agrícolas depredadores são os mais usados, enquanto que não se tem consciência de que tais atos estão transformando nosso País, num imenso deserto.

Louvamos a iniciativa paranaense de formar um programa de manejo integrado em microbacias. Durante vários anos esse programa se desenvolveu no Estado, devido ao reconhecimento que o Governo local deu à necessidade de se combater a erosão e posteriormente à preservação do meio ambiente.

Inicialmente, a verba para a execução desse programa, vinha exclusivamente dos cofres do Estado. Depois, muita coisa foi repassada através da Sudesul. Além disso, incorporou-se ao programa de microbacias, novas técnicas da prática agrícola, como de agricultura alternativa. E os resultados foram tão positivos que chamaram a atenção do Governo Federal.

Este ano, o Ministério da Agricultura resolveu copiar o programa paranaense e aplicá-lo em todo o País. Serão mil municípios os beneficiados com o programa federal. Certamente, muitos deles localizados no Paraná. Com essa verba, esperamos que o manejo integrado de solos em microbacias alcance todos os municípios do Paraná. No entanto, para isso, a verba federal certamente não será suficiente. Será necessário que o Estado continue contribuindo com a sua parcela e não abandone o programa nas mãos do Ministério da Agricultura."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de trinta e sete Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

205/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 124/86), dispondo que a categoria funcional de Técnico de Administração, Código P-15, constante do Anexo I, do Grupo P-Profissional, da Lei n. 7424, de 17.12.80, fica transformada em categoria funcional de Administrador. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE

PLENÁRIO N. 01 AO

PROJETO DE LEI N. 205/86

Artigo único. Inclua-se onde couber:

"Art. ... O Anexo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a que se refere o art. 290, da Lei Complementar n. 14/82, alterado pela Lei Complementar n. 19/83, fica modificado pela inclusão da carreira de INSPETOR DETETIVE, com Quadro composto de duzentas vagas.

Art. ... A tabela de que trata o Anexo II, da Lei Complementar n. 14/82, fica acrescida da carreira de INSPETOR DETETIVE, Classe Única, com índice percentual de 70% (setenta por cento) do vencimento do Delegado de Polícia de 1ª Classe.

Art. ... O provimento do cargo de INSPETOR DETETIVE da Polícia Civil do Estado do Paraná será feito pelos integrantes da carreira de Detetive, atendidos os seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo mínimo de 04 (quatro) anos na função de Detetive;
- b) possuir escolaridade correspondente ao segundo grau completo;
- c) ser integrante da carreira de Detetive antes da Lei n. 8290, de 7 de maio de 1986.

Parágrafo Único. Os Detetives que atenderem aos requisitos da presente Lei, serão providos de imediato para a carreira de INSPETOR DETETIVE.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1987.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio:

Algaci Túlio, Raul Lopes,
José Felinto, Domingos Scarpellini,
Haroldo Rodrigues Ferreira,
José Rogério Carvalho, Cândido Bastos,
Paulo Furiatti, Nestor Baptista,
Basílio Zanusso, Lauro Lobo Alcântara,
Vera Agibert, Alexandre Ceranto,
Pirajá Ferreira, Dirceu Manfrinato,
Acyr Mezzadri, Lindolfo Júnior,
Rafael Greca, Orlando Pessuti,
Caíto Quintana, Ferrari Júnior,
Nereu Carlos Massignan,
Artagão Mattos Leão,
Antônio Costenaro Neto,
Anibal Khury, Quielise Crisóstomo,

Djalma de Almeida César, Werner Wanderer,
Luiz Carlos Alborghetti
(duas assinaturas ilegíveis)

JUSTIFICATIVA:

A decisão governamental de viabilizar o aproveitamento dos Agentes de Segurança na carreira de Detetive, através de um processo seletivo interno (todos os Agentes foram aproveitados), a par de constituir um notável estímulo para os policiais com inequívoco reflexo, para melhor, na qualidade do serviço, agrupou em torno de um mesmo contingente de homens, a maioria absoluta das tarefas a cargo da Instituição.

Assim, a carreira de Detetive fica ampliada significativamente. Mas, é certo que dentro de seu contingente, devem existir homens a quem se irá exigir o desempenho de algumas missões mais importantes, a quem se irá confiar a responsabilidade e execução de encargos mais sérios e delicados. Em síntese, deverá existir dentro desse segmento da corporação policial uma espécie de corporação de elite, como aliás, já há praticamente em todas as instituições policiais.

Corolário dessa situação é que, a esses homens que irão fazer parte deste agrupamento, há que se exigir maior escolaridade, bem como se deverá proporcionar aos mesmos instrução mais sofisticada no campo da conduta policial, a fim de torná-los verdadeiramente aptos a desempenhar funções que serão, desenganadamente, mais relevantes.

De outra parte, cumpre reconhecer que essa medida se reveste de condições de urgência, recomendando-se o aproveitamento daqueles integrantes que já estão na carreira e preenchem os requisitos exigidos, o que permitirá o mesmo aproveitamento de imediato, da experiência somada ao longo dos anos por servidores que já desempenham funções policiais. Assim, na verdade, são razões de conveniência e oportunidade que recomendam a criação de uma carreira de INSPETOR DETETIVE, colocando-se ao lado dessas razões, evidentemente, o mais legítimo interesse público.

A fórmula sugerida, ou seja, o aproveitamento de um grupo de servidores viabiliza os objetivos colimados sem criar ônus mais significativo para os cofres públicos, ônus que, certamente, ficaria situado num plano secundário, à vista do grande alcance da medida. Contudo, não há dúvida de que a criação da nova carreira pode se dar através de Lei Complementar n. 14/82.

Importante assinalar, ainda, que na prática, já ocorre aquilo que ora se pretende formalizar em lei. Com efeito, vários tem sido os detetives que, mercê de uma escolaridade maior e de maior aptidão

daí decorrente, acabam sendo convocados para o desempenho de funções mais importantes, onde face ao risco das funções, muitos acabam perdendo a vida em serviço.

Em suma, o atual corpo de DETETIVE oferece material humano em perfeitas condições para ser transformado em uma nova carreira, com total observância dos vetores que balizam o desempenho da administração: CONVENIÊNCIA, OPORTUNIDADE E ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO.

Derradeiramente, cabe assinalar que a criação da carreira de INSPETOR DETETIVE, não implica em reflexos que possam configurar, a subtração, redução ou violação por qualquer forma de direitos que assistem a outras carreiras, tendo em vista que as existentes e a que será criada e só a esta e a de Agente de Segurança (beneficiada pela Lei n. 8290/86) se reserva a qualidade de Agente da Autoridade.

Além do que, a pretensão ora justificada se insere perfeitamente na filosofia do atual Governo, através da SESP, por retratar não só um instrumento de dignificação da função policial, como também um desejável meio de aprimoramento dos que a desempenham.

Ainda sobre o mesmo projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando que as emendas apresentadas em 2.^a Discussão, ao Projeto de Lei n. 205/86, sejam remetidas à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que esta se manifeste sobre as mesmas.- Aprovado.

Irã, portanto, o Projeto e a Emenda à CCJ, por um prazo de quarenta e oito horas, já que o mesmo se encontra em Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do casal Doris Viesser Ramos da Quinta e Aldevino Ramos da Quinta, ocorrido no dia 08 de abril do corrente ano.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Florisbela Andrade Basso, ocorrido no dia 12 de abril do corrente ano, no Município de Campo Largo.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Honório Rodrigues.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luciano Lacerda, ocorrido nesta Capital.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Archangelo Possent, ocorrido no dia 12 de abril do corrente ano.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Dipp, ocorrido no Município de Paranaguá.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de saudade ao Presidente Tancredo Neves, pela passagem do segundo aniversário de seu falecimento.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que officie ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, para que forneça uma certidão contendo os nomes dos ex-governadores e o montante da remuneração mensal percebida a título de representação. Em discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria de esclarecimentos sobre este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Deputado Pedro Tonelli está encaminhando expediente ao Sr. Governador do Paraná, para que officie ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que forneça uma certidão contendo os nomes dos ex-governadores e o montante da remuneração mensal a título de representação.

O Plenário há de convir que o destinatário deste requerimento está totalmente fora de propósito. A Mesa indefere. Deixa de recebê-lo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma passarela elevada sobre a Rodovia do Café (BR-376) no Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da EMATER/ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo estudos técnicos em diversos Municípios do Paraná, no sentido de levantar em qual deles a cultura do bicho da seda se adaptaria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo entendimento com a SANEPAR, para encampação do serviço de abastecimento de água no Distrito de Guaiaporã, no Município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Secretários do Interior e Diretor-Presidente da SANEPAR, encarecendo a instalação de um sistema de abastecimento de água, nas localidades de Lagoa Seca, Corvo Branco, Paz, Segredo e Cachoeira, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Bárbara e Ferrari Júnior, com apoio do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a construção de um novo prédio para alojar a Receita Estadual do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Diretoria da Sociedade Rural do Paraná, pelo êxito da 27.^a Exposição Agropecuária e Industrial, realizada no Município de Londrina. Em discussão. Em votação.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, do documento intitulado "Carta Aberta", expedido pela Associação Comercial e Industrial do Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino Delazeri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR S/A, encarecendo a instalação de Postos de Serviços nas seguintes localidades: Assungui, Bituva das Campinas, Bituva dos Machados, Rio da Areia de Baixo, Rio da Areia de Cima, Faxinal dos Minérios, Colônia "9", e expansão orelhões no perímetro urbano do Município de Teixeira Soares. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de uma subdelegacia policial, no Distrito de Doce Grande, Município de Quitandinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção e pavimentação do trevo, ligando a BR-116 ao centro do Município de Quitandinha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico comunitário, na Associação dos Moradores da Vila São Domingos, no Bairro Centenário, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do 5.^o aniversário de fundação da Associação dos Moradores da Vila São Domingos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 111.^o aniversário de fundação do Instituto de Educação do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo seja incluído no Programa "Rodovias Rurais" o trecho entre os Municípios de Nova Santa Rosa e Planalto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da matéria

intitulada "A Nação Está de Luto", publicada no Jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A Matéria achase-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a instalação de uma Escola de 2.^o Grau, no Município de São Jorge d'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando a localidade de Foz do Chopin, no Município de Dois Vizinhos, com o Município de Quedas do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando o asfaltamento do Trecho entre Dois Vizinhos, Distrito de Boa Esperança do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga o Município de Quedas do Iguaçu ao Município de Três Barras do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário Especial da Reforma Agrária, encarecendo agilização no cumprimento do acordo firmado entre o Governo do Estado e o "Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Paraná", referente ao assentamento "Cavinha", no Município de Reserva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Presidente da Constituinte e Coordenador da Bancada Federal do PMDB do Paraná, na Câmara Federal, encarecendo a inclusão no Projeto de Elaboração da Constituição Federal, o direito de praticar livremente o voto, para os militares: cabos e soldados de todas as armas e das forças auxiliares (Policiais Militares Estaduais). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes

aos Senhores Secretários da Agricultura e do Abastecimento e ao Presidente da CIBRAZEM, encarecendo a instalação de um armazém estratégico com capacidade para cem mil toneladas, no Município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo informações sobre o Estado do Paraná estar tentando extinguir sua participação no Instituto Politécnico do Boqueirão, transferindo-o para a responsabilidade do Governo Federal, e extinguindo o 1.^o Grau ali existente. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações à Presidência e à 1.^a Secretaria desta Assembléia Legislativa, sobre quantos médicos e dentistas foram contratados pela Casa, suas especialidades, seus horários de atendimento, data de contratação e seus salários. Em discussão. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de rede de água no bairro de Campinho, município de Ibaiti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um mini-hospital no Distrito de Ventania, município de Tibagi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Aeronáutica, encarecendo a ampliação do atual Aeroporto Affonso Pena, transformando-o em Aeroporto Internacional, no município de São José dos Pinhais.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da República, apoiando as reivindicações feitas pela Associação Médica do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada que liga a sede do município de Ivaiporã à localidade de Santa Bárbara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação da estrada que liga a sede do município de Ivaiporã ao Distrito de Jacutinga, de acordo com o Programa de Rodovias Rurais do Governo do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes encarecendo a pavimentação da estrada que liga a sede do município de Ivaiporã, passando pelas localidades de Alecrim, Barraquinha e Jardim da Curva, até chegar ao Distrito de Ariranha. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo trabalho desenvolvido nas sugestões e contribuições dadas para uma política de ciência e tecnologia, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para que se viabilize o asfaltamento da estrada que liga o município de Quedas do Iguaçu ao município de Três Barras do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Esportes, encarecendo reformas na quadra de esportes da localidade de Linha Boeira, no município de Salto do Lontra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Cotegeipe, na localidade de São

Valentim, município de Salto do Lontra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo reformas no prédio da Escola Estadual na localidade de Linha Boeira, município de Salto do Lontra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio do Lontra, localidade de Rio Gavião, município de Salto do Lontra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre os motivos da transferência do Instituto Politécnico Estadual para o CEFET. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Vera Agibert e Raul Lopes, constantes do expediente, solicitando o envio de expediente aos Constituintes, anexando documento dos índios, com a finalidade de subsidiar os Constituintes na confecção da nova Carta Magna do Brasil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a formação de Comissão a fim de estudar o processo de federalização do Instituto Politécnico Estadual. Em discussão. Em votação.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem) Sr. Presidente, nós acabamos de receber do Sr. Secretário da Educação um expediente, que é uma nota dirigida a este Deputado e a esta Casa, onde afirma que, a fim de esclarecer a celeuma que se vem criando em torno deste assunto da transferência do IPE para o CEFET, a sua proposição de se criar uma Comissão de Alto Nível, constituída de membros pertencentes à Secretaria de Educação e Instituto Politécnico Estadual de trabalhadores, industriais e empresários, para que se possa chegar a um denominador comum.

Então, como eu havia afirmado aqui Sr. Presidente e companheiro Deputado Algaci Túlio, Sua Excelência o Secretário de Estado da Educação já está sensibilizado e além disso, nós acabamos de ecaminhar requerimento. Sou solidário com a preocupação externada por vários Deputados com este assunto que vem trazendo muita celeuma

para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação o requerimento.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Sr. Presidente. O Sr. Secretário da Educação conversava comigo ontem, a propósito desta federalização do Instituto Politécnico Estadual e, imagino que foi da nossa conversa que surgiu a nota da Secretaria da Educação relativa ao Instituto Politécnico Estadual.

Eu imagino os termos da nota que Sua Excelência enviou a todos os Senhores Deputados e à opinião pública do Paraná, pedindo que não se faça uma discussão apaixonada, mas se busque a eficiência do ensino para crianças matriculadas naquele Instituto Politécnico, para os jovens que de lá vão sair técnicos formados.

É exatamente com base no teor da nota do Sr. Secretário da Educação que se justifica que todos os pedidos de informação, tanto de minha autoria como de autoria do Deputado Algaci Túlio, como ainda de autoria do Deputado Raul Lopes, vão para a Secretaria de Educação, porque a Assembleia é o espaço através do qual oposição e governo servem ao povo, dizendo o que o povo pensa e imagina das medidas oficiais.

Então, os pedidos de informação também são contribuição no sentido de melhorar a situação com relação ao Instituto Politécnico.

Eu imagino que o Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, acostumado ao debate acadêmico e depois até provado com fogo, num debate histórico neste plenário ele não se vai de maneira alguma, se abalar pelas indagações dos Deputados. Antes, pelo contrário, vai tirar subsídios para melhor servir aos jovens e aos adultos e à comunidade do Paraná como um todo.

Vale lembrar que esse Instituto Politécnico tem, entre seus ex-alunos, Dr. Atilano de Ohms, que é o dono da INEPAR, a melhor empresa de material elétrico-eletrônico da Cidade Industrial de Curitiba, e que hoje vende peças de reposição para o metrô de Nova York, por exemplo, ou para a rede de "tróleibus" da Cidade de Quito, Capital da República do Equador.

De maneira que eu acho que o questionamento, hoje, é legítimo, e não cabe aqui transformá-lo num debate maniqueísta. O importante é nós vermos o que é melhor para o Paraná.

Era isso.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A mesma preocupação que tem o Deputado Rafael Greca de Macedo, eu já externei da

tribuna desta Casa, há dias passados, e, hoje, também.

O que me preocupa igualmente, é o fato de que, segundo a Assessoria de Imprensa da Secretaria da Educação, é que essa federalização seria para evitar acúmulo de emprego, pelo menos foi o que me disse um membro da Assessoria de Imprensa da Secretaria da Educação, dizendo que alguns professores exercem dois empregos, um no CEFET e outro no Centro Politécnico.

Mas, a preocupação da Bancada do PDT não é com relação a salvaguardar o interesse desses professores, mas, sim, salvaguardar o interesse do patrimônio do nosso Estado, que nós não queremos entregar de mão beijada ao Governo Federal.

Eu entendo até, Deputado Raul Victor Lopes, que o seu requerimento, pedindo a formação de uma comissão para estudar a federalização desse Centro Politécnico, deveria ter um outro conteúdo. Deveria ser um requerimento para formar uma comissão de estudos da viabilidade e conveniência da federalização do Centro Politécnico. Infelizmente, pelo seu requerimento, eu entendo até que já está praticamente definida a federalização, quer dizer, vamos lá fazer uma Comissão para corroborar uma federalização. Era isto que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação a matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando sua designação para desempenhar missão temporária, de caráter cultural, na Cidade de Nishinomiya, no Japão, entre os dias 29 de abril a 20 de maio do corrente ano. Em discussão. **Em votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes e ao Senhor Diretor Geral do DER/PR, encarecendo a construção de uma estrada de pavimentação asfáltica ligando os Municípios de Coronel Vivida e Chopinzinho. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, enca-

recendo informações sobre a compra de mais ou menos quinhentos alqueires paulistas nas comunidades de Barro Branco e Florestal, no Município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia municipal que liga o Distrito de Porto Almeida a Itambaracá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia municipal que liga o Bairro Ribeirão Índios, passando pelos Bairros da Cabiúna, Ormeneze ao Município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga o Distrito de São Joaquim do Pontal a Itambaracá.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia municipal que liga o Distrito de Nossa Senhora da Candelária ao município de Bandeirantes.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do trecho entre o Distrito de Nossa Senhora Aparecida e ao Município de Andirá.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações sobre o contrato de locação firmado entre estes e o Senhor Casgiano Hordones Lemes, referente ao imóvel ocupado pelo Pelotão da Polícia Militar no Município de Bandeirantes.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre o estágio das obras do asfalto que liga o Distrito de Panema ao Município de Santa Ma-

riana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, pleiteando o encaminhamento a esta Casa de Leis, de uma Mensagem propondo a alteração de dispositivo, dando outras providências, na Lei n. 7771, de 13 de dezembro de 1983. **Em discussão.** **Em votação.**

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando um colega nosso, aqui da Assembleia Legislativa, Deputado Pedro Tonelli, propôs a mudança desse artigo da Constituição, nós assinamos juntamente com outros Deputados.

Entretanto, verificando melhor a lei, compreendemos que, em se tratando de aumento ou diminuição de despesas, a iniciativa cabe ao Poder Executivo.

Desse modo, apresentamos esse requerimento no começo desta Sessão Legislativa, mas, após ter sido informado pelo líder do Governo nesta Casa, de que o Governador Álvaro Dias enviará mensagem neste sentido a esta Casa de Leis, peço a retirada do requerimento, pois no nosso entendimento o assunto já está solucionado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere. - Matéria retirada pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação da Microrregião do Extremo Oeste do Paraná, com sede no Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Abastecimento, e ao Diretor-Presidente da CIBRAZEM, encarecendo a construção de armazéns graneleiros no Município de Guaraçuva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Abastecimento, e ao Diretor-Presidente da CIBRAZEM, pleiteando a construção de armazéns graneleiros no Município de Ivaiporã. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Abastecimento, e ao Diretor-Presidente da CIBRAZEN, pleiteando a construção de armazéns graneleiros no Município de Ivaiporã.

Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Abastecimento, e ao Diretor-Presidente da CIBRAZEN, pleiteando a construção de armazéns graneleiros no Município de Pitanga. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Abastecimento, e ao Diretor-Presidente da CIBRAZEN, pleiteando a construção de armazéns graneleiros no Município de Irati. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lindolfo Júnior e Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que o mesmo não venha a determinar a construção de mini-presídio no Município de Maringá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o encaminhamento de uma mensagem a esta Casa de Leis, propondo a revogação do artigo da Constituição Estadual que estabelece a pensão vitalícia para os ex-Governadores. - Retirado pelo Autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e ao Sr. Diretor-Presidente do BANESESTADO, encarecendo que seja mantida a taxa de juros de 40% ao ano, sobre o financiamento de gado em geral. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Agricultura e Abastecimento, e ao Diretor-Presidente da CIBRAZEN, encarecendo a construção de armazéns graneleiros no Município de Laranjeiras do Sul. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Trabalho das Comissões.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DE-

PUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 15 DE ABRIL DE 1987.

Carta Aberta

As classes empresariais de Ponta Grossa, por decisão de suas lideranças, ante o gravíssimo momento que está vivendo a economia nacional, depois da adoção do Plano de Estabilização Econômica, implantado pelo Decreto-Lei n. 2284/86, e ante a situação dramática que vive, hoje, a quase totalidade das empresas dos setores do comércio, indústria e agropecuária, vêm, de público, apresentar a presente

CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES

para afirmar, expor e reivindicar, com o maior empenho, sinceridade e responsabilidade, que:

I - reafirmam sua confiança no Excelentíssimo Presidente da República, Doutor José Sarney, que é o legítimo condutor da vida nacional, autoridade máxima e responsável pela garantia da ordem, da segurança e da paz da Nação Brasileira,

II - esperam do Governo Federal, atitudes, medidas e providências que restabeleçam o processo natural de mercado, sem os gravíssimos riscos de desestabilização da economia interna e social;

III - que o Governo Federal adote com prontidão, segurança e objetividade, uma ampla política nacional que preserve as conquistas das atividades produtoras, com a garantia do exercício permanente da iniciativa privada;

IV - que o Governo Federal tenha a firmeza de conduzir a política financeira da Nação, na qual seja possível se manter o crescimento do PIB em índices recomendáveis, o direito do empresário buscar recursos financeiros nas instituições de crédito, com a suportável e controlada remuneração do capital, capaz de garantir atividades produtivas que possam ser comercializadas a preços compatíveis com os ganhos salariais da população;

V - que haja rigoroso controle da inflação a níveis suportáveis pelo produtor e consumidor, sem os riscos amargos da recessão e da estagnação da economia;

VI - seja adotada uma política fiscal, a nível federal, de acordo com a realidade nacional, em que o imposto de renda não cobre todas as reservas do ganho lícito da empresa e do cidadão, desfalcando-os para recuperar capital de giro abalado com o congelamento ou permitir o reinvestimento em equipamentos essenciais para o aumento da produção ou dar maior eficiência à produtividade;

VII - seja feita a revogação do artigo 18, do Decreto-Lei n. 2323/87, que, sem

base jurídica, garroteia avassaladoramente o lucro das empresas a ser pago no imposto de renda apurado em 31.12.86, porque se torna insuportável, inviabilizando a vida empresarial brasileira, com funestas consequências no prosseguimento de suas atividades;

VIII - se adote a correção monetária do imposto de renda cobrado em 1986, das pessoas físicas e jurídicas, porque esse foi o compromisso do Governo ao afirmar que sua política fiscal no Plano Cruzado não abalaria a vida dos contribuintes. É necessário que se restabeleça a credibilidade do Governo perante o povo brasileiro. Se houver ganhos salariais em 1987, restarão dois caminhos ao consumidor: primeiro, fazer face ao pagamento reajustado dos produtos exigidos pelas suas necessidades, concorrendo para se evitar a recessão, e, segundo, fazer poupança, que carreará recursos para o setor produtivo, com ofertas de juros compatíveis com a realidade,

IX - adoção de medidas legais que sejam reguladoras do direito de greve, sem que atividades essenciais sejam paralisadas, produzindo o recrudescimento de uma produção mais cara, a desorganização das atividades geradoras da produção e das de prestação de serviços, concorrentes para o agravamento da situação anômala da vida nacional;

X - seja feita pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República permanente convocação de uma tomada de posição pela Nação brasileira, por todos os segmentos sociais, para que se engajem a um Movimento Cívico de Salvação Nacional, onde os interesses de grupos ou classes sejam condicionados ao trabalho de reconstrução nacional, com lealdade, dignidade e fidelidade. Lealdade à Pátria, dignidade de princípios, fidelidade aos compromissos e, acima de tudo, amor ao Brasil, que é a Pátria amada de todos nós.

(aa) Seguem cinquenta e cinco assinaturas, com os respectivos RGs.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE ABRIL DE 1987.

A NAÇÃO ESTÁ DE LUTO

(Ivo Arzua Pereira)
(Gazeta do Povo)

"HOMEM, ORGULHOSO HOMEM, INVESTIDO DE UMA PEQUENA E PASSAGEIRA AUTORIDADE, EMPREENDE TÃO FANTÁSTICAS MISSÕES PERANTE O CÉU, QUE FAZ OS ANJOS CHORAREM"

Shakespeare

Certas funções públicas, como contrapartida à honraria que representa o seu exercício implicam em altos riscos aos

seus titulares, inclusive o de sacrifício da própria vida.

Assim, Presidentes da República, embaixadores e ministros de Estado, devem ter consciência que, na defesa da boa imagem, da soberania e da honra do seu país, podem ter de imolar sua própria imagem pública, seus bens e até a sua preciosa vida.

Mas os tempos mudam...

Hoje em dia, parece haver total inversão de valores, chegando-se até a comprometer moral e politicamente uma nação inteira para encobrir deficiências, incompetências e fracassos de ordem inteiramente pessoal. Estas considerações me ocorreram após um dia de exaustivo trabalho, mais de ordem intelectual que físico, pois ainda estou convalecendo de uma delicada intervenção cirúrgica, quando sentei-me à frente da televisão, para um relaxamento. Daí a pouco, durante o noticiário do Jornal Nacional, a contundente frase estalou como uma açoitada em minhas faces e no meu peito, dilacerando minhas entranhas e ferindo os meus mais sacrossantos sentimentos de brasilidade e patriotismo.

"É PRECISO RECUPERAR A DIGNIDADE PERDIDA"

Que fazer, Rui?

Que fazer, Tiradentes, Bilac, Caxias, Rio Branco, José Bonifácio, Mascarenhas de Moraes e tantos e tantos outros dessa estirpe de imortais varões da nossa Pátria?

Que fazer, quando um Ministro da Fazenda, avocando indevidamente a condição de porta-voz de todos e de cada um dos brasileiros, confessa em Washington, perante a imprensa internacional, a completa falência material e moral do nosso país, quando diz enfaticamente: É PRECISO RECUPERAR A DIGNIDADE PERDIDA".

Quem lhe deu procuração para negar nossas sagradas e imaculadas tradições de altivez, coragem, patriotismo, independência e soberania, tantas e tantas vezes defendidas com heroísmo e inauditos sacrifícios por inolvidáveis brasileiros, tanto nos campos de batalha, daquém e d'além mar, como nas lições da diplomacia, nos fóruns do Direito Internacional, ou nos conclave mundiais da cultura e da ciência.

Por Deus, quem lhe outorgou esse direito, Senhor Ministro, de nos enxovalhar e de nos encher de vergonha e frustração?

Por acaso constituímos uma nação de fracassados, de eunucos cívicos ou de políticos castrados?

Por Deus, quem lhe deu esse direito, Senhor Ministro?

Envergonhado e humilhado, sem coragem de enfrentar o olhar inquisidor dos meus

filhos, só consegui lembrar-me dos imortais versos de Olavo Bilac, dedicados à Pátria.

"Vivo, choro em teu pranto e em teus dias felizes no alto, como em flor em ti pompeio e escuto! E eu, morto e sendo tu

cheia de cicatrizes. Tu golpeada e insultada - eu tremerei sepulto e os meus ossos no chão, como as tuas raízes, se estremecerão de dor, sofrendo o golpe e insulto!"

A Nação está de luto!

Até quando?"